

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.4 - Política de destinação dos resultados	8
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	10
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	11
3.7 - Nível de endividamento	12
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	13
3.9 - Outras informações relevantes	14

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	16
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	27
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	28
4.5 - Processos sigilosos relevantes	40
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	41
4.7 - Outras contingências relevantes	42
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	43

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	44
5.4 - Outras informações relevantes	49

Índice

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	50
6.3 - Breve histórico	51
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	52
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	55
6.7 - Outras informações relevantes	56

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	57
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	58
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	60
7.9 - Outras informações relevantes	61

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico	63
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	65
8.3 - Operações de reestruturação	66
8.4 - Outras informações relevantes	67

9. Ativos relevantes

9.2 - Outras informações relevantes	68
-------------------------------------	----

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	69
10.2 - Resultado operacional e financeiro	83
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	86
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	87
10.5 - Políticas contábeis críticas	88
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	96
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	97

Índice

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	98
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	99
10.10 - Plano de negócios	100
10.11 - Outros fatores com influência relevante	103
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	104
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	105
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	106
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	110
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	111
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	113
12.12 - Outras informações relevantes	114
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	115
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	117
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	120
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	121
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	122
13.16 - Outras informações relevantes	123
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	124
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	125
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	126
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	127

Índice

15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária	128
15.3 - Distribuição de capital	139
15.7 - Outras informações relevantes	140

16. Transações partes relacionadas

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	141
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	143

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social	144
17.2 - Aumentos do capital social	145
17.5 - Outras informações relevantes	146

18. Valores mobiliários

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	147
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	148
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	149
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	150
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	151
18.10 - Outras informações relevantes	152

19. Planos de recompra/tesouraria

19.4 - Outras informações relevantes	153
--------------------------------------	-----

20. Política de negociação

20.2 - Outras informações relevantes	154
--------------------------------------	-----

21. Política de divulgação

Índice

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	155
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	156
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	157
21.4 - Outras informações relevantes	158

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	159
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	160
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	161
22.4 - Outras informações relevantes	162

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Carmem Campos Pereira

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	210-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO Auditores Independentes
CPF/CNPJ	52.803.244/0001-06
Período de prestação de serviço	01/01/2008 a 31/12/2010
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras de 31/12/2009 e informações trimestrais de 31/03, 30/06 e 30/09/2009. Auditoria das demonstrações financeiras de 31/12/2008 e informações trimestrais de 31/03, 30/06 e 30/09/2008.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, os auditores independentes receberam honorários que totalizaram o valor de R\$251,0 mil, referente aos serviços de Auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia.
Justificativa da substituição	Não houve substituição dos auditores, na data deste formulário.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
LUIZ CARLOS DE CARVALHO	01/01/2010 a 31/12/2010	089.488.808-02	Avenida Paulista nº 2313, 6º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01311-300, Telefone (11) 31385019, Fax (11) 31385182, e-mail: lccarvalho@kpmg.com.br
Orlando Octavio de Freitas Junior	01/01/2008 a 31/12/2009	089.488.808-02	Rua Bela Cintra, 934, Cerqueira Cesar, Sao Paulo, SP, Brasil, CEP 01415-000, Telefone (11) 31385019, Fax (11) 31385182, e-mail: orlando@bdobrazil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Associados
CPF/CNPJ	52.803.244/0001-06
Período de prestação de serviço	01/01/2011 a 30/09/2011
Descrição do serviço contratado	Auditoria dos demonstrativos trimestrais: 1º, 2º e 3º trimestres 2011.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Montante total da auditoria dos 3 trimestres de 2011 - R\$ 150.650,20.
Justificativa da substituição	A BDO Auditores independentes mudou a razão social para KMPM Auditores Independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Mateus de Lima Soares	01/01/2011 a 30/09/2011	501.548.774-68	Rua Renato Paes de Barros, 33, 10º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04530-904, Telefone (11) 21836608, Fax (11) 21833001, e-mail: mlsoares@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	01/10/2011 a 31/12/2011
Descrição do serviço contratado	Auditoria externa para o balanço 2011.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Auditoria externa: R\$ 50216,70
Justificativa da substituição	Incorporação da KMPM Auditores Associados pela KPMG Auditores Independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Mateus de Lima Soares	01/10/2011 a 31/12/2011	501.548.774-68	Rua Renato Paes de Barros, 33, 10º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04530-904, Telefone (11) 21836608, Fax (11) 21833001, e-mail: mlsoares@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1032-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO RCS Auditores Independentes S.A.
CPF/CNPJ	54.276.936/0001-79
Período de prestação de serviço	01/01/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria externa dos demonstrativos financeiros trimestrais e anuais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O honorario anual para 2012 é R\$ 175734,94
Justificativa da substituição	Rodízio de auditor.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Auditor em exercício.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Jairo da Rocha Soares	01/01/2012	880.740.218-15	Rua Major Quedinho, nº 90, Consolação, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01050-030, Telefone (11) 38485880, Fax (11) 30457363, e-mail: jairo.soares@bdobrazil.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

2.3 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes além das constantes nos itens 2.1 e 2.2.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)
Patrimônio Líquido	788.245.000,00	777.601.000,00	678.519.000,00
Ativo Total	1.882.446.000,00	1.761.363.000,00	1.726.810.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.334.601.000,00	1.157.009.000,00	1.048.402.000,00
Resultado Bruto	396.590.000,00	266.571.000,00	280.894.000,00
Resultado Líquido	151.795.000,00	85.394.000,00	100.243.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	58.441.068.563	53.137.012.000	53.137.012.000
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	13,490000	14,630000	12,420000
Resultado Líquido por Ação	0,002597	0,001600	0,000189

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4. POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS:

As práticas da Companhia no que se referem à retenção de lucros, distribuição de dividendos e periodicidade das distribuições de dividendos dos últimos 3 (três) exercícios sociais, têm observado as disposições do Estatuto Social da Companhia, e os comandos da Lei nº 6.404/76, conforme descritas no item 18.1., letra "a", deste Formulário de Referência.

A destinação do resultado do exercício e a possível retenção de lucros e /ou distribuição de dividendos são objeto de Assembléia Geral Ordinária, anualmente convocada pela Companhia.

Abaixo, transcrevemos os artigos do Estatuto Social da Companhia que regulam a destinação do resultado do exercício social, conforme praticado, nos termos da referida Lei:

“Artigo 27 Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro; dos lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos Diretores, nos termos do artigo 10, Parágrafo 2º deste Estatuto.

Artigo 28 O lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação:

(a) a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

(b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;

(c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76;

(d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a assembléia geral, poderá por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de Reservas de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76;

(e) o lucro remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores deste Artigo poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição de Reserva de Investimentos, observado o disposto no Parágrafo Único infra, e, o artigo 194 da lei 6.404/76.

Parágrafo Único: A Reserva de Investimentos tem as seguintes características:

(a) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da Companhia;

(b) será destinado à Reserva de Investimento o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após as deduções referidas nas alíneas "a" a "d", do artigo acima;

(c) a Reserva de Investimento deverá observar o limite previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76;

(d) a Reserva de Investimento poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas.

Artigo 29 Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da reserva legal; (b) importância destinada à formação da Reserva para Contingências, e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (c) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 1º O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado, nos termos da lei.

Parágrafo 2º O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembléia Geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, obedecido o disposto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Artigo 30 A Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares. O Conselho de Administração, ad referendum da Assembléia Geral, poderá declarar dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros apurados em tais balanços, ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes.

Artigo 31 A critério do Conselho de Administração, os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas poderão ser considerados antecipação e imputados ao dividendo obrigatório.”

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009
Lucro líquido ajustado	151.795.000,00	85.394.000,00	78.680.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	26,121414	35,131274	31,774276
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	5,043085	3,858020	3,787012
Dividendo distribuído total	39.651.000,00	30.000.000,00	25.000.000,00
Lucro líquido retido	112.144.000,00	55.394.000,00	53.680.000,00
Data da aprovação da retenção	30/04/2012	29/04/2011	29/04/2010

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	15.651.000,00	31/12/2012			15.000.000,00	31/12/2010
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	24.000.000,00	31/12/2012	30.000.000,00	31/12/2011	10.000.000,00	31/12/2010

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6. DIVIDENDOS DECLARADOS À CONTA DE LUCROS RETIDOS OU RESERVAS CONSTITUÍDAS EM EXERCÍCIOS SOCIAIS ANTERIORES:

Foram declarados pela Companhia dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores, conforme segue:

3.6.1. Exercício de 2009

Foram declarados dividendos complementares de R\$ 45.000.000,00 conforme Reunião do Conselho de Administração (RCA) de 27/3/2009.

3.6.2. Exercício de 2010

Foram declarados dividendos intercalares de R\$ 8.000.000,00 conforme Reunião do Conselho de Administração (RCA) de 4/8/2010.

3.6.3. Exercício de 2011

Foram declarados dividendos intercalares de R\$ 65.000.000,00 conforme Reunião de Diretoria de 21/1/2011 e R\$ 36.500.000,00 conforme Reunião de Diretoria de 27/12/2011.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2011	1.094.201.000,00	Índice de Endividamento	1,39000000	
	0,00	Outros índices	1,50000000	Outro índice de endividamento: i. Método utilizado para calcular o índice: Divida Financeira Líquida – significa empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos menos caixa e aplicações, ativo de sub-rogação da CCC e empréstimos com Eletrobrás EBITDA – conforme quadro apresentado no item 3.2
	0,00	Outros índices	4,18000000	EBITDA – conforme quadro apresentado no item 3.2. Encargos de dívidas – significa o encargo das despesas financeiras das demonstrações do resultado.

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2011)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	77.938.792,20	216.388.908,43	139.614.196,81	54.507.535,35	488.449.432,79
Garantia Flutuante	101.161.531,96	83.394.208,26	30.936.742,53	28.955.686,12	244.448.168,87
Quirografárias	213.604.155,75	112.141.189,02	10.045.672,66	25.512.380,91	361.303.398,34
Total	392.704.479,91	411.924.305,71	180.596.612,00	108.975.602,38	1.094.201.000,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

3.9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

A Companhia e suas controladas procederam à análise das deliberações emitidas pela CVM em 2009 para aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 para fins de comparação e, concluiu que as principais deliberações que poderão apresentar efeitos relevantes são:

Deliberação CVM nº 611/2009 – ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12): A deliberação estabelece que não sejam reconhecidos ativos imobilizados referentes a concessões, e sim, o registro de um ativo intangível (o direito de cobrar os consumidores) e/ou um ativo financeiro (indenização ao final da concessão). No estágio atual, a Companhia não pode estimar os efeitos da aplicação da Interpretação, devido a ausência de definições do setor quando a forma de aplicação. A Companhia está acompanhando as discussões sobre o assunto, que estão ocorrendo junto aos órgãos reguladores e entidades de classe, concluindo que não há possibilidade de avaliar com segurança razoável os efeitos nas demonstrações financeiras.

Deliberação CVM nº 580/2009 – CPC 15 – Combinação de Negócios (IFRS 3): A norma trata de combinações de negócios, onde essas devem ser contabilizadas pelo método de aquisição, o ágio por rentabilidade futura (goodwill) não deve ser amortizado, sendo sujeito a teste de recuperabilidade econômica, porém segundo a Delib. CVM nº 619/09, de 22/12/2009 que trata do ICPC 10 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, prevêem que o goodwill referente a um direito de concessão deve ser amortizado durante o prazo da concessão. Assim, como a Companhia cessou a amortização do goodwill, e com a aplicação do ICPC 10, a amortização deve ocorrer quando da aplicação de todas as normas emitidas em 2.009. O impacto dessa amortização no resultado previsto é de R\$ 2.566 (consolidado) no trimestre. Outra mudança que impactará a Companhia e suas controladas refere-se ao reconhecimento de compra vantajosa, ou seja, deságio (ver nota 18 item “b” e “c”), que deve ser transferido para o Patrimônio Líquido na transição para o IFRS nas demonstrações financeiras de abertura, logo não tem efeito no ITR.

Deliberação CVM nº 577/2009 – CPC 20 – Custos de Empréstimos (IAS 23): A capitalização de custos de empréstimos relacionados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis tornou-se obrigatória. Como pelas práticas atuais da Companhia e de suas Controladas, apenas os custos de empréstimos diretamente atribuíveis são capitalizados, o efeito devido a capitalização de custos de outros empréstimos empregados nesses ativos, proporcionará redução nas despesas financeiras, cujo impacto nos balanços ainda estão sendo avaliados. Os efeitos da aplicação desta Deliberação não podem ser estimados sem a aplicação conjunta do ICPC 01.

Deliberação CVM nº 596/2009 – CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola (IAS 41): Torna obrigatória, salvo exceções, a mensuração de ativos biológicos e produtos agrícolas no ponto de colheita pelo seu valor justo menos custos de vender com contrapartida no resultado. A controlada Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A., que tem por objeto o cultivo de cana de açúcar e outras lavouras temporárias aplicará a mensuração pelo valor justo que terá um efeito insignificante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o efeito terá impacto significativo apenas na demonstração financeira individual desta controlada.

Deliberação CVM nº 604/2009 – CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39); CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32) e CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7): A presente deliberação visa complementar o tratamento contábil de instrumentos financeiros. Além disso, exige a divulgação de informações sobre a relevância dos instrumentos financeiros, relacionados à posição financeira da entidade como reconhecimento ou desreconhecimento de ativos e passivos financeiros e também divulgações sobre perdas por impairment. A Companhia está avaliando o efeito na controlada Tangará Energia S.A., que poderá ter seu Patrimônio Líquido impactado pela reclassificação de ações PN resgatáveis.

Deliberação CVM nº 603 – Apresentação dos Formulários de Informações Trimestrais (ITR's): A Companhia continua apresentando seus formulários de informações trimestrais (ITRs) durante 2010 conforme as práticas vigentes em 31 de dezembro de 2009. Assim, a Companhia irá reapresentar os formulários de informações trimestrais (ITRs) juntamente com as informações comparativas quando da apresentação das demonstrações financeiras anuais (DFP) para o exercício a findar em 31/12/2010, de acordo com todos os pronunciamentos, interpretações e orientações já emitidas.

Abertura do quadro apresentado no item 3.8 deste formulário.

3.9 - Outras informações relevantes

A Companhia acredita que para uma melhor apresentação das informações do item 3.8. Deste modo, mostraremos as seguintes tabelas:

(i) Tabela 1 – quadro do item 3.8 com as informações de 31 de dezembro de 2011 – Passivo Circulante mais Passivo Não Circulante.

(ii) Tabela 2 – sub quadro do item 3.8 com as informações de 31 de dezembro de 2011 – Empréstimos, financiamentos e encargos mais Debêntures e encargos.

(iii) Tabela 3 – sub quadro do item 3.8 com as informações de 31 de dezembro de 2011 – Apresentando as demais contas do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante.

Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos (31 de dezembro de 2011)
Valores em Reais

Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2011					
	Prazo de Vencimento				
	Inferior a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Garantia Real	77.938.792,20	216.388.908,43	139.614.196,81	54.507.535,35	488.449.432,79
Garantia Flutuante	101.161.531,96	83.394.208,26	30.936.742,53	28.955.686,12	244.448.168,87
Dívidas Quirografárias	213.604.155,75	112.141.189,02	10.045.672,66	25.512.380,91	361.303.398,34
Total	392.704.479,91	411.924.305,71	180.596.612,00	108.975.602,38	1.094.201.000,00

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1. FATORES DE RISCO QUE PODEM INFLUENCIAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO EM VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO DA COMPANHIA:

a) Com relação à Companhia

A construção, operação e ampliação das instalações e equipamentos de distribuição de energia elétrica da Companhia envolvem riscos significativos que podem ensejar perda de receita ou aumento de despesas.

A construção, operação e ampliação de instalações e equipamentos destinados à distribuição de energia elétrica da Companhia envolvem diversos riscos, incluindo:

- a incapacidade de obter alvarás e aprovações governamentais necessários;
- indisponibilidade de equipamentos;
- interrupções de fornecimento;
- falha no desenvolvimento do plano de continuidade de negócio;
- greves;
- paralisações e manifestações trabalhistas;
- perturbação social;
- interferências climáticas ou hidrológicas;
- oposição das comunidades locais;
- atos maliciosos, de sabotagem ou vandalismo;
- problemas ambientais e de engenharia imprevistos;
- aumento nas perdas de energia elétrica, incluindo perdas técnicas e não técnicas;
- atrasos operacionais e de construção, ou custos superiores ao previsto; e
- indisponibilidade de financiamento ou pelo menos em termos comercialmente razoáveis.

Se a Companhia vivenciar esses ou outros problemas, poderá não ser capaz de distribuir energia elétrica em quantidades compatíveis com seus planos de negócios, o que pode vir a afetar de maneira adversa sua situação financeira e o resultado das suas operações.

O nível de endividamento financeiro e não financeiro, bem como de despesas com o serviço da dívida podem afetar adversamente a capacidade de operar os negócios da Companhia e efetuar pagamentos de sua dívida, bem como o resultado de suas operações.

A Companhia atua num setor de atividade econômica que requer grande volume de recursos financeiros e, portanto, contraiu e contrairá financiamentos em volumes significativos. Em 31 de dezembro de 2011, seu endividamento total, sem contar a dívida entre partes relacionadas, era de R\$ 657,9 milhões, sendo R\$ 546,9 milhões de longo prazo e R\$ 111,0 milhões de curto prazo. Esse nível de endividamento aumenta as possibilidades da Companhia não gerar recursos suficientes para pagar suas dívidas e distribuir dividendos. Adicionalmente, a Companhia pode incorrer em endividamento

4.1 - Descrição dos fatores de risco

adicional de tempos em tempos para financiar aquisições, investimentos ou associações estratégicas, bem como para a condução de suas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente. Caso incorra em endividamento adicional, os riscos associados com sua alavancagem poderão aumentar, inclusive com relação a sua habilidade de pagar dívidas, e caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas. Na hipótese de vencimento antecipado de suas dívidas, seus ativos e fluxo de caixa podem não ser suficientes para pagar integralmente o saldo devedor de seus contratos de financiamento. Além disso, a impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a sua capacidade de investir em suas atividades e de fazer dispêndios de capital necessários, o que pode afetar sua condição financeira e o resultado de suas operações.

A Companhia não pode assegurar a renovação do seu contrato de concessão.

A Companhia desenvolve suas atividades de distribuição de acordo com o contrato de concessão celebrado com a União, que possui prazo de validade até 2027. A Companhia não pode assegurar que esta concessão será renovada quando do advento do término do respectivo prazo contratual ou que será renovada em termos favoráveis à Companhia. Caso da concessão não seja renovada, ou seja renovada em termos mais onerosos ou desvantajosos, suas operações, condição financeira e resultado operacional poderão sofrer um impacto adverso significativo.

Tendo em vista o grau de discricionariedade concedido à ANEEL pela Lei de Concessões e pelo contrato de concessão com relação à renovação do prazo da concessão existente, e dada à falta de precedentes com relação ao exercício pela ANEEL de tal discricionariedade na interpretação e aplicação da Lei de Concessões, a Companhia não pode assegurar que obterá nova concessão ou que sua concessão será estendida em termos tão favoráveis quanto os atualmente vigentes.

Se não conseguir controlar com sucesso as perdas de energia e essas perdas não forem repassadas às tarifas, seus resultados operacionais e sua condição financeira poderão ser adversamente afetados.

A Companhia enfrenta dois tipos de perdas de energia em sua atividade de distribuição: perdas técnicas e perdas não técnicas. As perdas técnicas são aquelas que ocorrem no curso ordinário da distribuição de energia, que imediatamente se dissipam no decorrer da transmissão da energia que a Companhia distribui. Perdas não técnicas são aquelas causadas por conexões ilegais, adulteração de medidores, fraude, medição equivocada e erro nas contas. Devido às perdas técnicas e não técnicas, o montante de eletricidade comprado pela Companhia é superior ao montante entregue e cobrado de seus consumidores. Em 2011, o total das perdas de energia de suas operações de distribuição foi de 21,7% sobre o valor total de energia distribuída. A implementação de programas de redução de perdas requer investimentos significativos e a Companhia não pode assegurar que os recursos para estes investimentos estarão disponíveis. Adicionalmente, este programa requer também participação das instituições estatais, principalmente do judiciário e do legislativo, e a Companhia não pode assegurar que estas instituições colaborarão com seus esforços de redução de perdas. As estratégias e programas de combate a perdas de energia podem não ser eficazes e o valor econômico dessas perdas pode não ser repassado em sua totalidade às suas tarifas, de modo que um aumento significativo nas perdas de energia poderá afetar adversamente a condição financeira e os resultados da Companhia.

A Companhia tem necessidade de liquidez e de recursos de capital para implementar sua estratégia de investimentos e qualquer dificuldade nesse sentido pode afetar adversamente seus objetivos.

Para financiar as atividades, incluindo sua estratégia de realizar investimentos, a Companhia procura obter financiamento junto a instituições financeiras e de fomento, nacionais e estrangeiras e acessar o mercado de capitais. A capacidade de continuar a captação de recursos por essas vias depende de vários fatores, entre eles o seu nível de endividamento e as condições de mercado. A eventual incapacidade de obter os recursos necessários em condições razoáveis pode causar efeitos adversos e prejudicar a capacidade da Companhia de implementar seu plano de investimento.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os contratos financeiros da Companhia possuem obrigações específicas, dentre as quais a obrigação de manutenção de índices financeiros, sendo que qualquer inadimplemento dessas obrigações pode afetar adversamente sua condição financeira e sua capacidade de conduzir seus negócios.

A Companhia é parte em diversos contratos financeiros, vários dos quais exigem o cumprimento de certas obrigações específicas, dentre elas a de manter certos índices financeiros os quais, por sua vez, restringem sua capacidade de contratar novas dívidas ou de manter linhas de crédito. Qualquer inadimplemento aos termos de seus contratos financeiros que não seja sanado ou perdoado pelos respectivos credores poderá resultar na decisão desses credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como pode resultar no vencimento antecipado de dívidas de outros contratos financeiros. Os ativos e fluxo de caixa da Companhia podem não ser suficientes para pagar integralmente o saldo devedor de seus contratos de financiamento, na hipótese de vencimento antecipado. Para mais informações, ver item "10.1 (f) iv deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não conseguir implementar integralmente a sua estratégia de negócios.

A capacidade da Companhia de implementar a sua estratégia de negócios depende de vários fatores, inclusive da sua capacidade de (i) expandir a base de consumidores e intensificar seus negócios nas áreas em que atua; (ii) investir em programas de redução de perdas; (iii) investir em eficiência técnica operacional; (iv) consolidar seus negócios e operações; (v) reestruturar seu perfil de endividamento; e (vi) fortalecer sua estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos corporativos. Sua incapacidade em lidar com quaisquer desses fatores pode prejudicar sua capacidade de executar sua estratégia de negócios.

Uma vez que parte significativa dos bens da Companhia está vinculada à prestação de serviços públicos, esses bens não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.

Uma parte significativa dos bens da Companhia, inclusive as suas redes de distribuição de energia estão vinculadas à prestação de serviços públicos. Esses bens não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência ou penhora para garantir a execução de decisões judiciais, uma vez que devem ser revertidos ao Poder Concedente, de acordo com os termos do respectivo contrato de concessão e com a legislação. A Companhia tem o direito de receber indenização do Poder Concedente em caso de extinção antecipada de suas concessões, mas não pode assegurar que o valor a ser indenizado será igual ao valor de mercado dos bens revertidos. Essas limitações podem ter um efeito negativo em sua capacidade de honrar as dívidas contraídas e/ou obter financiamentos.

O Governo Federal criou um programa de "universalização" que requer que haja o fornecimento de serviços de eletricidade a determinados consumidores e que as empresas do setor incorram em despesas operacionais e de capital que podem não ser vantajosas para a Companhia.

Em 2002, o Governo Federal deu início a um programa de universalização com o objetivo de fornecer eletricidade aos consumidores de baixa renda. Em 2003, o Governo Federal começou a implementar o Programa Luz para Todos, delineado para disponibilizar eletricidade para os consumidores rurais de baixa renda. De acordo com esse programa, (1) o MME e distribuidoras de energia, conjuntamente, através da ANEEL, estabeleceram metas em relação ao número de consumidores rurais de baixa renda para cada distribuidora de energia, e (2) as distribuidoras de energia devem arcar com os custos de ligação para estes consumidores cuja potência declarada dos equipamentos elétricos não ultrapasse 50 kW. Caso as metas determinadas por esse programa não sejam atendidas pelas controladas da Companhia, elas poderão ser penalizadas com redução de suas tarifas até o cumprimento das respectivas metas.

O cumprimento das metas estabelecidas requer investimentos significativos que são primordialmente financiados por programas oficiais como o Programa Luz para Todos, criado pelo Governo Federal para financiar até 85,0% dos investimentos exigidos para a implementação do programa de universalização.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O repasse aos consumidores dos custos que são incorridos pelas distribuidoras de energia e que não são ressarcidos por outras fontes somente pode ser efetuado com a aprovação discricionária da ANEEL, nas revisões periódicas de tarifa, que ocorrem somente a cada quatro ou cinco anos. A regulamentação vigente, Resolução ANEEL nº 175/2005, estabelece que, caso o custo adicional advindo da implementação do Programa Luz para Todos, no período de 2005 a 2011, acarrete um impacto tarifário para os consumidores superior a 8%, a concessionária deverá solicitar, a qualquer tempo, a revisão das metas desse programa. Mesmo que se confirme que o impacto tarifário do implemento das metas do Programa Luz para Todos nas atividades de distribuição das controladas da Companhia é superior a 8%, não há como assegurar que a ANEEL reverá estas metas em prazos adequados.

Em razão da extensão territorial e dispersão populacional de sua concessão, os custos da Companhia com o programa de universalização são comparativamente elevados em relação a outras concessionárias que atuam em áreas menores e de maior densidade populacional. Nos exercícios sociais de 2011, 2010 e 2009 foram investidos R\$41,9 milhões, R\$54,5 milhões e R\$30,0 milhões, respectivamente, no programa de “universalização” e no Programa Luz Para Todos, o que correspondeu a 24,8%, 31,2% e 23,0% de seus investimentos totais nos mesmos exercícios. A Companhia depende ainda em larga escala de financiamentos e programas governamentais para cumprir com as metas de “universalização” e qualquer atraso na aprovação desses financiamentos e programas podem afetar adversamente sua capacidade de atender às metas estabelecidas, sujeitando a Companhia às penalidades regulamentares, incluindo reduções de tarifas.

Ademais, os investimentos obrigatórios para atendimento das metas de universalização podem não gerar o mesmo retorno sobre o capital investido se comparado com outros investimentos que poderiam ser realizados conforme suas próprias decisões negociais. Ainda, no futuro, o Governo Federal pode impor ônus adicionais às suas distribuidoras no Programa Luz para Todos, ou no âmbito de programas semelhantes, os quais poderão aumentar os custos da Companhia e afetar negativamente seus resultados.

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle

Os interesses de nosso Acionista Controlador podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.

Nosso Acionista Controlador tem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Nosso Acionista Controlador poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos nossos outros investidores e causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

c) Com relação aos acionistas da Companhia

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de suas ações.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, ela deverá pagar aos seus acionistas, no mínimo, 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos da Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a sua situação financeira. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de suas ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio. A distribuição de dividendos e os juros sobre o capital próprio aos titulares das ações da Companhia referente aos últimos três exercícios sociais, constam informados no item 3.5 desse formulário.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor em suas ações.

A Companhia pode precisar de recursos financeiros adicionais e, conseqüentemente, pode utilizar da prerrogativa de emissão, pública ou privada, de títulos de dívida, ou de Ações, ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar na diluição da participação do investidor nas ações da Companhia.

d) Com relação à controladas e coligadas da Companhia

Cabe aqui destacar que a companhia coligada Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA), conforme detalhado no Item 6.6 deste Formulário, ajuizou pedido de Recuperação Judicial em 28 de fevereiro de 2012. Com isso, a ENERSUL, como coligada da CELPA, possui certos riscos inerentes ao processo, tais como: (i) dificuldade de acesso a novas linhas de crédito; (ii) acesso a linhas de crédito a taxas mais elevadas; (iii) não recebimento do saldo ativo de mútuo, que a ENERSUL tem a receber da CELPA.

e) Com relação aos fornecedores da Companhia

Contratações incorretas de fornecedores ou prestadores de serviço podem afetar negativamente as operações da Companhia.

Falha na gestão de contratação ou critérios de seleção de fornecedores e prestadores de serviço expõe a organização a penalidades previstas por órgãos reguladores ou órgãos públicos devido ao não cumprimento de leis, regulamentos, políticas internas, entre outros. Atividades de terceirização podem acarretar em não atuação de prestadores de serviço dentro dos padrões de conduta e limites pré-estabelecidos de suas autoridades ou na não realização do fornecimento de materiais e serviços de maneira consistente com as estratégias e objetivos do negócio.

f) Com relação aos clientes da Companhia

A Companhia possui contas a receber vencidas que, se não forem pagas, podem afetar adversamente seus resultados financeiros.

A habilidade da Companhia de receber os pagamentos devidos por seus consumidores depende da capacidade de crédito desses consumidores e de sua capacidade de cobrá-los. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia acumulou contas a receber vencidas de consumidores finais no valor de R\$ 161,4 milhões, que representa 12,1%, de sua receita operacional líquida em 2011. Das contas a receber vencidas em 31 de dezembro de 2011, 59,8% encontravam-se vencidas e não pagas por mais de 90 dias. Deste percentual total, cerca de 19,3% era representado por contas devidas pelo setor público para as quais os mecanismos jurídicos de cobrança têm historicamente encontrado mais dificuldades. A Companhia pode não recuperar os créditos relativos a dívidas do setor público e demais consumidores inadimplentes. A Companhia constituiu provisões para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$38,5 milhões com relação à venda de energia elétrica. Caso a Companhia não recupere parcela significativa desses créditos, seus resultados financeiros serão adversamente afetados. Ademais, qualquer deterioração na economia brasileira, particularmente nas regiões em que presta serviços,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

poderá afetar adversamente a liquidez de seus consumidores, o que poderia aumentar as contas a receber vencidas.

g) Com relação ao setor de atuação da Companhia

Contratações incorretas na compra de energia elétrica podem afetar negativamente as operações da Companhia. Caso a Companhia compre energia aquém do necessário, estará sujeita a penalidades impostas pela ANEEL e ainda obrigada a adquirir energia no mercado de curto prazo, cujo preço pode ser mais elevado que a tarifa média de compra regulada das distribuidoras, para atender à demanda dos consumidores. Caso a Companhia compre energia além do necessário, poderá não conseguir repassar integralmente às suas tarifas os custos advindos dessas contratações incorretas, se exceder em mais de 3% sua contratação de energia em relação ao mercado consumidor da Companhia.

A Lei 10.848/2004 e o Decreto 5163/2004 que a regulamentou determinam que as distribuidoras de energia devam contratar antecipadamente, por meio de leilões públicos, suas necessidades de energia com início de fornecimento para até cinco anos seguintes.

Adicionalmente, a Lei 10.848/2004 e o Decreto 5163/2004 que a regulamentou, restringem a capacidade da Companhia de repassar aos seus consumidores o custo das compras de energia caso seus custos ultrapassem o Valor Anual de Referência estabelecido pela ANEEL. Este valor é baseado no preço médio ponderado pago por todas as empresas de distribuição nos leilões públicos de energia gerada por novas empresas, e a ser entregue três a cinco anos contados da data do leilão, e será aplicado somente durante os três primeiros anos após o início da entrega da energia comprada. Após o terceiro ano, o repasse da compra de energia nos leilões será integral.

O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSO, que determina a cessão de montantes contratuais de energia entre distribuidoras sobre e subcontratadas, permite as distribuidoras sobrecontratadas a cederem energia em excesso para as distribuidoras subcontratadas, as quais deverão aceitar essa energia nas mesmas condições originais dos contratos. Além disso, os contratos de “energia velha” prevêem a opção de descontração anual de até 4% do volume contratado durante os primeiros quatro anos de vigência desses contratos, a critério exclusivo da distribuidora, sendo possível também reduzir contratos de energia velha para os geradores, pela saída de consumidores livres.

Se, após a implemento anual do MCSO e da potencial opção de descontração de até 4% do volume contratado dos contratos de “energia velha”, a distribuidora contratar mais de 103% ou menos de 100% da energia necessária para atendimento ao seu mercado consumidor, a mesma não poderá repassar integralmente os custos da compra de energia para os consumidores, no caso de sobrecontratação, e sofrerá penalidades, no caso de subcontratação. A Companhia não pode assegurar com precisão que em todo o período, o volume contratado anualmente nos contratos de compra de energia estarão na faixa de 100% a 103% da sua demanda de eletricidade efetivamente realizada.

Tendo em vista os inúmeros fatores que afetam a demanda de energia contratada para os próximos cinco anos, incluindo crescimento econômico e populacional, além do eventual risco de racionamento, não é possível assegurar que a demanda de sua energia contratada será precisa. Para tanto, a Companhia trabalha com a elaboração de cenários sócio-econômicos, que contemplem a maior parte das incertezas no comportamento futuro de nossa demanda de energia contratada. A Companhia conta também com consultorias especializadas, com reconhecimento e competência no mercado nacional, que lhe fornece informações constantemente atualizadas das diversas variáveis sócio-econômicas que afetam o comportamento do seu mercado. A Companhia também realiza ciclos anuais de palestras e reuniões com os principais “stakeholders” para elaboração de tais cenários. No entanto, podem ocorrer alterações nas premissas utilizadas para elaboração destes cenários, acarretando desvios entre os valores projetados e os realizados. Como consequência, se houver variações significativas entre as necessidades de energia da Companhia e o volume de suas compras de energia, e caso não possam ser acionados os mecanismos de ajuste para cobertura das necessidades de energia (tais como

4.1 - Descrição dos fatores de risco

devolução de contrato de energia no caso de saída de consumidor livre, MCSD ou aquisição de energia proveniente do leilão de ajustes), os resultados de suas operações poderão ser adversamente afetados.

O impacto de uma escassez de energia e consequente racionamento de energia, como o que ocorreu em 2001 e 2002, poderá causar um efeito adverso significativo sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A energia hidrelétrica é a principal fonte de energia no Brasil, representando cerca de 66,8% da capacidade instalada de geração, conforme Relatório ANEEL de Informações Gerenciais, base março de 2012. A capacidade de operação das usinas hidrelétricas depende do nível de armazenamento de água em seus reservatórios e, conseqüentemente, dos índices pluviométricos. Os níveis pluviométricos abaixo da média verificados no verão de 2001, associado a atrasos estruturais de obras de expansão da oferta de energia no país, resultaram em baixos níveis dos reservatórios e na baixa capacidade hidrelétrica nas Regiões Sudeste, Centro-oeste e Nordeste do Brasil. As tentativas de compensar a dependência de usinas hidrelétricas com usinas térmicas movidas a gás foram adiadas devido a problemas regulatórios, fornecimento confiável de longo prazo do combustível e outros. Em resposta à escassez de energia, o governo criou, em 15 de maio de 2001, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – CGCE, para coordenar e administrar um programa de redução do consumo de energia, e assim evitar a interrupção do fornecimento. Esse programa, conhecido por “acionamento de energia”, estabeleceu limites de consumo de energia para consumidores industriais, comerciais e residenciais, limites esses que variavam de 15% a 25% de redução do consumo de energia. O programa foi aplicado de junho de 2001 a fevereiro de 2002. Em consequência do “acionamento”, o consumo de energia em nossas áreas de concessão foi reduzido, o que afetou negativamente as operações da Companhia.

Se houver outra situação de escassez generalizada de energia, o Governo Federal poderá implementar políticas que podem incluir o racionamento do consumo de energia e alterações nos ajustes tarifários, o que poderá causar um efeito adverso significativo sobre a condição financeira e resultados operacionais da Companhia. Ademais, a Companhia não pode assegurar que, na hipótese de novas situações de escassez de energia ou de racionamento, a ANEEL permitirá o repasse, parcial ou integral, às suas tarifas de eventuais perdas que venha a sofrer.

No entanto, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS tem publicado estudos que garantem riscos muito baixos de ocorrência de novos racionamentos no horizonte, pelo menos até 2014. Este horizonte pode ser estendido com o sucesso na oferta de energia nos leilões que ocorreram de 2011 em diante, a exemplo do que ocorreu até o momento com os leilões regulados já realizados.

Ademais, interrupções abruptas ou distúrbios oriundos dos sistemas de geração, transmissão ou distribuição de energia, como o ocorrido em 10 de novembro de 2009, acarretam a paralisação do fornecimento dos serviços prestados pela Companhia e, conseqüentemente, a redução da geração da receita derivada desta prestação de serviço no período da paralisação. Caso uma nova interrupção venha a ocorrer, as receitas da Companhia poderão sofrer uma diminuição no curto prazo.

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia

A Companhia está sujeita a uma extensa legislação e regulamentação governamental relacionadas às suas atividades de distribuição, e, não pode prever com exatidão que efeitos as alterações das normas do setor teriam sobre seus negócios e resultados operacionais.

As operações de distribuição de energia da Companhia são amplamente reguladas pela ANEEL e pelo MME. Em 2004, o Governo Federal estabeleceu novas políticas de profundos efeitos sobre o setor de energia brasileiro. Em 15 de março de 2004, foi aprovada a Lei 10.848 que criou o Novo Modelo do Setor Elétrico e alterou substancialmente as diretrizes até então vigentes na comercialização de energia, dentre as quais destacamos (i) a criação do ACR para a compra e venda de energia elétrica, em que as distribuidoras devem contratar energia de acordo com um esquema regulatório pré-estabelecido, sempre através de leilões públicos e regulados, visando a atender a totalidade de sua

4.1 - Descrição dos fatores de risco

demanda para os próximos cinco anos; (ii) a proibição para as distribuidoras de energia realizarem quaisquer atividades que não a de distribuição, incluindo geração e transmissão de energia elétrica, exceto se autorizadas por lei ou pelos contratos de concessão; (iii) a proibição de compra de energia elétrica de partes relacionadas por distribuidoras, exceto se existir um contrato bilateral previamente aprovado pela ANEEL, ou assinado no contexto do ACR; e (iv) a proibição da venda de energia elétrica por preços não regulados, por distribuidoras, exceto para as vendas realizadas nas áreas de concessão das distribuidoras nas mesmas condições aplicáveis aos consumidores cativos.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio de ações diretas de inconstitucionalidade. Em 11 de outubro de 2006, o Supremo Tribunal Federal indeferiu medidas cautelares ajuizadas no âmbito das ações diretas de inconstitucionalidade, por 7 votos a 4, declarando que, em princípio, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não viola a Constituição Federal. O mérito das ações diretas de inconstitucionalidade ainda não foi julgado, sendo que, em 6 de janeiro de 2009, a Procuradoria Geral da República deu parecer favorável à improcedência do pedido das ações. Caso a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico seja declarada inconstitucional, os agentes do setor elétrico, incluindo a Companhia, poderão ser adversamente afetados. Esta hipótese é considerada remota, tendo em vista que o modelo do setor vige há mais de 6 (seis) anos e está consolidado nos procedimentos e regulação existentes, além de ser seguido incondicionalmente pelos agentes do setor em suas práticas e operações de rotina.

A ANEEL, nos termos da legislação aplicável, regula o setor elétrico e todas as atividades relacionadas ao serviço público de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

As resoluções normativas emitidas pela ANEEL podem afetar diversos fatores das atividades da Companhia, como suas tarifas, indicadores de qualidade e penalidades. Por exemplo, recentemente, a ANEEL sinalizou a criação de um índice de qualidade adicional, relacionado à satisfação do consumidor, de acordo com o qual as distribuidoras terão que cumprir metas mínimas pré-estabelecidas, sob risco de imposição de penalidades.

O efeito de futuras resoluções da ANEEL e/ou futuras reformas no setor da energia são difíceis de prever, podendo ter impacto adverso sobre nossos negócios, resultado operacional e capacidade de acesso aos mercados financeiros.

A Companhia pode ser penalizada pela ANEEL se não cumprir com as obrigações relevantes contidas em seu contrato de concessão, o que pode acarretar multas e outras penalidades e, dependendo da gravidade do descumprimento, a caducidade de sua concessão.

As atividades de distribuição de energia elétrica são realizadas de acordo com o contrato de concessão firmado com o Poder Concedente por intermédio da ANEEL do qual tem término previsto para 2027, com renovação a critério da ANEEL, mediante sua solicitação. Com base nas disposições de seu contrato de concessão e na legislação aplicável, a ANEEL poderá aplicar penalidades caso haja o descumprimento de qualquer disposição dos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, tais penalidades poderão incluir:

- advertência;
- multas que, dependendo da gravidade da infração, variam de 0,01% a 2% sobre o valor do faturamento correspondente aos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração;
- embargo à construção de novas instalações e equipamentos;
- restrições à operação das instalações e equipamento existentes;
- suspensão temporária da participação em processos de licitação para novas concessões;
- intervenção da ANEEL na administração; e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- término antecipado das concessões.

Além disso, o Poder Concedente pode terminar as concessões de distribuição antes dos respectivos prazos finais em caso de falência ou dissolução das concessionárias, ou por meio de encampação, quando necessário para atender ao interesse público.

Caso o contrato de concessão da Companhia seja extinto por qualquer violação futura, a Companhia não poderá operar seus negócios de distribuição de energia objeto do contrato extinto. Além disso, caso a ANEEL extinga o contrato de concessão antes do término de seu prazo, o pagamento a que a Companhia terá direito quando do término de sua concessão por investimentos não amortizados poderá não ser suficiente para liquidação total dos seus passivos e esse pagamento poderá ser postergado por muitos anos. Se o contrato de concessão terminar por culpa da Companhia, o montante do pagamento devido poderá ser reduzido de forma significativa, com a imposição de multas ou outras penalidades. Além disso, os pagamentos a que a Companhia terá direito, na hipótese de término antecipado de sua concessão, poderão ser designados prioritariamente para pagamento de determinadas obrigações. A aplicação de multas ou penalidades ou o término antecipado de sua concessão poderá ter um efeito adverso significativo sobre a condição financeira e resultado operacional da Companhia.

As receitas operacionais da Companhia podem ser negativamente afetadas por decisões da ANEEL com relação às suas tarifas.

As tarifas cobradas pela Companhia pela venda de energia aos consumidores são determinadas de acordo com seu contrato de concessão e estão sujeitas à discricionariedade regulatória da ANEEL em alguns aspectos.

O contrato de concessão estabelece que as tarifas de fornecimento podem ser atualizadas por meio de três mecanismos, (i) reajuste tarifário anual; (ii) revisão tarifária periódica; e (iii) revisão tarifária extraordinária. A discricionariedade da ANEEL em alguns aspectos de rever as tarifas, bem como alterar os métodos utilizados nas revisões periódicas, gera incerteza e pode resultar em tarifas de fornecimento de energia elétrica inferiores às pleiteadas pela Companhia.

Não é possível assegurar que a ANEEL estabelecerá tarifas que permitam o repasse aos consumidores de todos os aumentos de custo. Além disso, na medida em que quaisquer desses ajustes não forem concedidos pela ANEEL em tempo hábil, como ocorreu em 2001 e 2002 em virtude do racionamento, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Em 08 de novembro de 2011, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 457, de 8 de novembro de 2011, aprovou o Módulo 2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, o qual define a metodologia e os procedimentos gerais para realização do Terceiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica – 3CRTP., cujas alterações serão significativas nos resultados das controladas.

Alterações legislativas podem impactar os resultados da Companhia

As operações, instalações e equipamentos da Companhia, estão sujeitos à ampla legislação e regulamentação ambiental, de segurança e saúde do trabalho que podem se tornar mais rigorosas no futuro, exigindo maiores dispêndios de capital para seu cumprimento e, em caso de descumprimento de tais leis e regulamentações, podemos incorrer em penalidades civis, criminais e administrativas.

As atividades de distribuição e geração das controladas da Companhia estão sujeitas a uma abrangente legislação ambiental no âmbito federal, estadual e municipal, bem como a fiscalização pelo Ministério do Trabalho e Emprego do cumprimento de leis e políticas de saúde e segurança do trabalho que podem afetar nossas atividades. As disposições dessas legislações e regulamentações incluem, entre

4.1 - Descrição dos fatores de risco

outras, a obrigação de cumprir com padrões ambientais, obtenção de licenças ambientais para a construção de novas instalações ou a instalação de novos equipamentos necessários às operações, normas para atuação dos trabalhadores em áreas energizadas, equipamentos e treinamentos necessários. Qualquer descumprimento de tais leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da publicidade negativa e responsabilidade pelo saneamento ou por danos ambientais. As regras são complexas e podem mudar com o tempo, dificultando a capacidade da Companhia de cumprir as exigências, podendo causar um aumento nos nossos custos e despesas, resultando, conseqüentemente, em lucros menores ou mesmo prejuízos.

Além disso, pessoas físicas, organizações não governamentais e o público em geral têm o direito de comentar e, de outra forma, acompanhar o processo de licenciamento, podendo inclusive propor medidas judiciais para suspendê-lo ou cancelá-lo, ou incitar as autoridades públicas para que o façam.

A Companhia é objetivamente responsável por quaisquer danos resultantes da prestação inadequada de serviços de distribuição de energia e as coberturas de seguro por ela contratadas podem não ser suficientes para ressarcir esses danos integralmente.

De acordo com a lei brasileira, a Companhia é objetivamente responsável por danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada de serviços de distribuição de eletricidade como interrupções abruptas ou distúrbios oriundos dos sistemas de geração, transmissão ou distribuição, como o ocorrido em 10 de novembro de 2009. A Companhia poderá ser responsabilizada por perdas e danos causados a terceiros em decorrência de interrupções ou distúrbios em seus respectivos sistemas de distribuição, sempre que essas interrupções ou distúrbios não forem atribuíveis a um integrante identificado em procedimento específico coordenado pelo ONS. As responsabilidades oriundas dessas interrupções ou distúrbios que não são cobertas por apólices de seguro da Companhia ou que excedam os limites de cobertura podem resultar em custos adicionais e prejudicar os resultados operacionais da Companhia.

A cobertura de seguro da Companhia pode não ser suficiente para cobrir eventuais perdas.

As apólices de seguro podem não ser suficiente para cobrir totalmente as responsabilidades em que a Companhia possa incorrer no curso habitual dos seus negócios. Adicionalmente, a Companhia não contrata seguro de interrupção de fornecimento de energia. Além disso, pode ser que a Companhia não seja capaz de obter, no futuro, seguro ou, se obtiver, pelos mesmos termos que os atuais. Os resultados das suas operações podem ser prejudicados pela ocorrência de acidentes que resultem em danos em relação aos quais não esteja totalmente coberta nos termos das suas apólices de seguro em vigor.

O projeto de reforma das agências reguladoras em tramitação no Congresso Nacional pode afetar a competência da ANEEL, o que poderá afetar a Companhia adversamente.

Há projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das agências reguladoras. Esse projeto de lei visa a alterar a estrutura de tais agências, mediante, dentre outros pontos, a criação (i) de contratos de gestão, que deverão ser firmados entre as agências e os Ministérios a que estiverem vinculadas, e (ii) de ouvidoria nas agências, com o objetivo de zelar pela qualidade dos serviços prestados e acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações dos usuários, seja contra a atuação da agência, seja contra entes regulados, sendo que o ouvidor, responsável pela respectiva ouvidoria, será indicado pelo Presidente da República. Caso a mencionada lei entre em vigor, as medidas dela decorrentes poderão reduzir as atribuições da ANEEL, passando o Poder Concedente, por outro lado, sobretudo o MME, – ao qual a ANEEL é vinculada –, a ter maior atuação e influência no setor elétrico brasileiro. Não há como garantir que as alterações a serem aprovadas não afetarão negativamente as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (IFRS) podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

Em 28 de dezembro de 2007, foi aprovada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09 (conversão, em lei, da Medida Provisória nº 449/08), que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matérias contábeis, em vigência desde 1º de janeiro de 2008. Essa Lei tem, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com aquelas constantes no IFRS e permitir que novas normas e procedimentos contábeis, emitidos por entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, sejam adotadas, no todo ou em parte, pela CVM. Parte desta regulamentação ou legislação já foi aprovada.

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Não aplicável à Companhia.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. EXPECTATIVAS DE REDUÇÃO OU AUMENTO NA EXPOSIÇÃO A RISCOS RELEVANTES:

A Companhia monitora, constantemente, os riscos do negócio que possa impactar de forma adversa as operações e resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades, analisando índices de preços e de atividade econômica, assim como a oferta e demanda de energia elétrica. Administra-se de forma conservadora a posição de caixa e o capital de giro.

Ademais, a Companhia mantém procedimentos de controles preventivos que monitoram a exposição aos riscos operacionais, em modelo descentralizado de gestão. Esse monitoramento é supervisionado pelos executivos da Companhia.

A área corporativa de Gestão de Riscos foi formalmente implementada no segundo semestre de 2011, tendo como base metodológica o COSO-ERM e a Norma ISO 31000, com atuação norteadas por aspectos da sustentabilidade dos negócios, para aperfeiçoar ainda mais os instrumentos em ação. Os procedimentos devem atender ao Princípio da Precaução, pelo qual a ausência da certeza científica formal e a existência de risco de dano sério ou irreversível requerem a implementação de medidas que possam prever e evitar esse dano.

Desta forma, a área de Gestão de Riscos atua em parceria com as áreas e gestores responsáveis pelo gerenciamento dos riscos aos quais a organização está exposta, agindo preventivamente, de forma a contribuir para o crescimento sustentável da organização, atendendo aos seus objetivos estratégicos.

Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados na seção 4.1.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS E ARBITRAIS EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTES, SÃO RELEVANTES PARA SEUS NEGÓCIOS E NÃO ESTÃO SOB SIGILO:

Disputas judiciais e administrativas podem afetar de forma adversa os resultados da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia era parte em aproximadamente 5.361 mil ações judiciais e processos administrativos relacionados a matérias cíveis, fiscais, trabalhistas, ambientais e regulatórias, os quais representavam um provisionamento em seu balanço o valor total de R\$ 64.964 mil para fazer face às perdas prováveis, bem como havia, na data citada, depósitos judiciais no montante de R\$ 98.107 mil, conforme resumo abaixo:

Consolidado Contencioso Trabalhista
 Nº de processos 674
 Provisionamento R\$ 12.434 mil
 Depósitos Judiciais R\$ 36.465 mil

Consolidado Contencioso Cível
 Nº de processos 4.498
 Provisionamento R\$ 6.678 mil
 Depósitos Judiciais R\$ 5.571 mil

Consolidado Contencioso Fiscal
 Nº de processos 189
 Provisionamento R\$ 45.852 mil
 Depósitos Judiciais R\$ 56.071 mil

Não foram considerados relevantes para menção neste Formulário os processos administrativos e judiciais de natureza fiscal que estão suspensos em razão de desistência para inserção dos débitos respectivos no parcelamento instituído pela Lei 11.941/09 ou incluídos em parcelamentos anteriores e migrados para o parcelamento da citada lei. As informações sobre a análise dos impactos em caso de perda e os valores de provisão constam do relatório de cada um dos processos a seguir informados.

EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A – ENERSUL

Processo nº 023.94.036971-1	
juízo	5ª Vara Cível de Florianópolis
instância	1ª Instância
data de instauração	01/12/1994
partes no processo	Autor: Eletrosul S/A Ré: Enersul
valores, bens ou direitos envolvidos	Tratava-se de ação sobre cobrança de suprimento de energia e transporte de potência, remanesce tão somente a discussão que se refere ao valor de honorários, em R\$ 16.946.180,53

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

principais fatos	O Juízo fixou os honorários em caso de pronto pagamento em 10% sobre o valor da causa. Não houve pagamento imediato. O débito foi negociado posteriormente e a Empresa pagou a dívida e as partes, em conjunto, pediram a homologação do acordo realizado. Aguarda-se decisão sobre pagamento dos honorários
se a chance de perda é:	Possível
análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de homologação do acordo haverá a fixação de honorários advocatícios, que em razão do valor da causa e se fixados em torno do mínimo legal (10%) e pelo lapso de tempo implicará em um desembolso do valor de, até o momento e aproximadamente, R\$ 17.000.000,00
valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 0015053-33.2008.8.12.0001	
juízo	Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul
instância	2ª Instância
data de instauração	24/11/2009
partes no processo	Autor: IDEPT - Instituto Direito e Educação para Todos Ré: Enersul
valores, bens ou direitos envolvidos	Trata-se de ação que discute a revisão tarifária de 2003, com pedido de devolução em dobro dos valores cobrados em excesso dos consumidores de energia elétrica em razão do erro verificado no dimensionamento dos ativos da concessionária.
principais fatos	Os autos encontram-se arquivados provisoriamente desde 28/05/2010 em cartório até que ocorra o julgamento definitivo do Agravo de Instrumento contra a decisão que fixou a competência da justiça estadual, no Superior Tribunal de Justiça
se a chance de perda é:	Remota
análise do impacto em caso de perda do processo	Três razões levam ao entendimento de que não haverá nenhum impacto financeiro significativo, quais sejam: (i) há uma anterior ação civil pública, em curso na Justiça Federal e distribuída no ano de 2003 (autos 2003.60.00.008192-9), cujo objeto é o mesmo desta ACP, na qual está em curso a realização de perícia judicial; (ii) a devolução dos valores, conforme determinado pela ANEEL, findar-se-á no início do mês de abril 2011; (iii) há ações individuais em curso, que ao longo do tempo esvaziarão o conteúdo financeiro da ação coletiva.
valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 0036711-16.2008.8.12.0001	
juízo	Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos de Campo Grande

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

instância	2ª Instância
data de instauração	05/08/2008
partes no processo	Autor: IDEPT - Instituto Direito e Educação para Todos Ré: Enersul
valores, bens ou direitos envolvidos	Ação que visa à indenização das redes elétricas particulares, urbanas e rurais, dos consumidores sul matogrossenses que foram incorporadas pela Enersul a título de doação, desde 1982 até o dia em que persistir o dano acrescido dos consectários legais e multa de 5%. Pede ainda lucros cessantes e danos morais a serem arbitrados pelo Juízo.
principais fatos	A ação foi julgada parcialmente procedente em primeira instância (afastou-se a condenação em danos morais), sendo reformada totalmente em segunda instância, havendo o Tribunal de Justiça julgado improcedente a ação. A possibilidade de referida decisão ser novamente reformada pelos Tribunais Superiores é remota, ante os sólidos fundamentos do acórdão. Ademais, há ações individuais em curso, que ao longo do tempo esvaziarão o conteúdo financeiro da ação coletiva.
se a chance de perda é:	Remota
análise do impacto em caso de perda do processo	Mantida a decisão de 2º grau de jurisdição, não haverá impacto financeiro
valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 0025467-56.2009.8.12.0001	
juízo	Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos de Campo Grande
instância	1ª Instância
data de instauração	28/05/2009
partes no processo	Autor: IDEPT - Instituto Direito e Educação para Todos Réu: Enersul
valores, bens ou direitos envolvidos	Ação que trata de suposto descumprimento da Resolução Aneel 456/00, isto é, não estaria sendo realizada, em relação aos consumidores rurais, leitura no 4º ciclo, havendo cobrança do consumo, sem autorização expressa dos consumidores, com base na média de 12 meses. Requer-se a apresentação nos autos de todas as ocorrências, bem como a devolução em dobro das quantias cobradas a maior do que o mínimo da classe, assim como indenização por danos morais.
principais fatos	O processo aguarda definição da competência para julgamento da ação, se da justiça comum ou da justiça federal.
se a chance de perda é:	Remota

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de improvável perda do processo, haverá condenação quanto à devolução de valores cobrados, supostamente, de forma irregular, dos últimos 5 anos. A apuração de valores somente será possível em fase de liquidação, dada a complexidade relativa ao levantamento de informações e fixação dos parâmetros do cálculo, a serem determinados pelo juízo.
valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 0008192-37.2003.4.03.6000	
juízo	4ª Vara Federal de Campo Grande
instância	1ª Instância
data de instauração	27/06/2003
partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réu: Enersul
valores, bens ou direitos envolvidos	Ação que visa à anulação da Resolução ANEEL nº 167/03 que fixou o índice de reposicionamento tarifário da Enersul. Há, ainda, pedido para que a ANEEL não autorize outro aumento tarifário enquanto pendente a ação. Pede a devolução em dobro dos valores cobrados indevidamente dos consumidores. O valor dado à causa foi de R\$ 659.000.000,00.
principais fatos	O processo encontra-se em fase de realização de perícia judicial.
se a chance de perda é:	Remota
análise do impacto em caso de perda do processo	Mesmo que a Enersul não obtenha êxito na ação, os impactos financeiros serão mínimos, por dois motivos principais: (i) a devolução dos valores, conforme determinado pela ANEEL, findou-se no início do mês de abril 2011; (ii) há ações individuais em curso, que ao longo do tempo esvaziarão o conteúdo financeiro da ação coletiva.
valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 0038430-96.2009.8.12.0001	
juízo	Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos de Campo Grande
instância	1ª Instância
data de instauração	26/06/2009

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

partes no processo	Autor: Agência Brasileira de Defesa de Direitos e Promoção de Justiça (ABDJUS) Réu: Enersul
valores, bens ou direitos envolvidos	Trata-se de ação sobre suposto erro na revisão tarifária de 2003, com pedido para que a Enersul seja condenada ao pagamento de danos morais coletivos; ao ressarcimento, em dobro, dos valores pagos a mais pelos consumidores no período de abr/2003 a dez/2007; a adotar medidas para tornar mais seguros os indicadores DEC/FEC, e aprimorar os procedimentos de validação dos laudos de avaliação dos ativos. O valor dado à causa foi de \$ 350.244.443,46
principais fatos	Após a decisão que julgou improcedente a impugnação ao valor da causa, aguarda-se decisão no processo. Já foi apresentada contestação.
se a chance de perda é:	Remota
análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso remoto de procedência da ação, os impactos financeiros serão mínimos, por dois motivos principais: (i) a devolução dos valores, conforme determinado pela ANEEL, findou-se no início do mês de abril 2011; (ii) há uma anterior ação civil pública, em curso na Justiça Federal e distribuída no ano de 2003 (autos 2003.60.00.008192-9), cujo objeto é praticamente o mesmo desta ACP, na qual está em curso a realização de perícia judicial (iii) há ações individuais em curso, que ao longo do tempo esvaziarão o conteúdo financeiro da ação coletiva. Quanto aos pedidos de obrigação de fazer, dado que o acolhimento dos mesmos implicaria reformulação do sistema elétrico brasileiro, dificilmente será provido.
valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 029.07.003254-6	
juízo	Naviraí - 2ª Vara cível - Justiça Estadual
instância	2ª Instância
data de autuação	03/10/2007
partes no processo	Ministério Público Estadual x Enersul
valores, bens ou direitos envolvidos	Ação ajuizada para que a Enersul se abstenha de cobrar faturas de energia elétrica emitidas após contestação de falhas ou defeitos no relógio medidor dos consumidores, salvo se houver provas de que o consumidor que deu causa as referidas falhas. Valor da causa: R\$ 10.000,00
principais fatos	Sentença desfavorável à Enersul. Interposto recurso de apelação, que foi improvido. Interposto recurso especial, ao qual foi negado seguimento. Interposto agravo contra a decisão que negou seguimento ao recurso especial da Enersul.
chance de perda é:	Provável
análise do impacto em caso de perda do processo	Proibição de cobrança de faturas de energia elétrica emitidas após contestação de falhas ou defeitos no

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	relógio medidor dos consumidores.
valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Processo nº 036.06.000364-8	
juízo	Vara única – Inocência – Justiça Estadual
instância	2ª Instância
data de autuação	25/10/2010
partes no processo	Ministério Público Estadual x Enersul - Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A
valores, bens ou direitos envolvidos	Ação ajuizada por deficiências na prestação de serviços (problemas no fornecimento). Valor da causa: R\$ 1.000,00; multa de R\$ 10.000,00/dia em caso de descumprimento da obrigação decorrente de eventual condenação + indenização genérica aos consumidores lesados.
principais fatos	Sentença desfavorável à Enersul. Recurso de apelação interposto e pendente de julgamento.
chance de perda é:	Possível
análise do impacto em caso de perda do processo	Fornecer energia elétrica com qualidade, sob pena de multa. Pagamento de indenização aos consumidores.
valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Processo nº 003.07.000374-5	
juízo	Bela Vista - Vara Única – Justiça Estadual
instância	1ª Instância
data de autuação	13/03/2007
partes no processo	Ministério Público x Enersul
valores, bens ou direitos envolvidos	Ação civil pública movida pelo MP, pela qual este pretende obter tutela jurisdicional que determine à Enersul (i) a adoção de medidas tendentes a evitar oscilações e interrupções no fornecimento de energia do Município; (ii) a proibição de cobrança de taxas e outros emolumentos, até que se conclua o presente feito; (iii) a imposição de multa diária no valor de R\$ 10.000,00, caso proceda ao descumprimento das obrigações de fazer e de não fazer deferidas liminarmente; (iv) a divulgação da parte dispositiva da sentença condenatória, informando que todos aqueles que tiverem sido lesados pela conduta das empresas, desde que comprovado o dano, poderão obter o ressarcimento individual; (v) imposição da multa diária em valor de R\$ 10.000,00 em caso de descumprimento das obrigações de fazer e não fazer determinadas em eventual condenação final; (vi) condenação ao pagamento de indenização genérica aos consumidores

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	lesados, com posterior liquidação de sentença promovida pelos interessados.
principais fatos	Sentença desfavorável à Enersul. Interposto recurso de apelação, que foi conhecido e parcialmente provido apenas para afastar a determinação de publicação da sentença durante 90 dias. Interposto Recurso Especial.
chance de perda é:	Possível
análise do impacto em caso de perda do processo	Tomar medidas a evitar oscilações e interrupções no fornecimento de energia do Município, sob pena de multa. Condenação ao pagamento de indenização genérica aos consumidores lesados.
valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Processo nº 0075056-17.2009.8.12.0001	
juízo	Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos de Campo Grande
instância	1ª Instância
data de instauração	08/02/2010
partes no processo	Autor: Associação de Defesa dos Consumidores de Energia Réus : Enersul
valores, bens ou direitos envolvidos	Trata-se de ação sobre suposto erro de cálculo de tarifa, não neutralidade de "Parcela A". Reflexo do erro nos últimos 7 anos. Há pedido de devolução em dobro dos valores supostamente cobrados de forma indevida. O valor dado à causa foi de R\$ 100.000.000,00
principais fatos	Há petição da Aneel nos autos, manifestando seu interesse no feito, fato que deverá deslocar a competência para a justiça federal.
se a chance de perda é:	Remota
análise do impacto em caso de perda do processo	Se o pedido veiculado na ação for julgado procedente, tal fato implicará alteração das bases contratuais do Contrato de Concessão e, conseqüentemente, de toda a metodologia de fixação das tarifas elaborada pelo próprio poder concedente.
valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão, eventual cálculo requereria a apuração das tarifas praticadas nos últimos 7 anos e a variação de mercado da concessionária. O posicionamento da Companhia e demais concessionárias de distribuição de energia elétrica, corroborado pela ANEEL, é no sentido de que essas ações têm probabilidade de perda remota, uma vez que o critério de reajuste das tarifas observa as regras da ANEEL e do contrato de concessão. Assim, a Companhia não realizou cálculo da contingência, em vista da dificuldade de sua realização e de sua irrelevância.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 2009.38.00.027553-0	
juízo	3ª Vara Federal de Belo Horizonte
instância	1ª Instância
data de instauração	09/09/2010
partes no processo	Autor: ADIC – Associação de Defesa de Interesses Coletivos Réus : ANEEL e Outros
valores, bens ou direitos envolvidos	Trata-se de ação que visa ao recálculo dos valores das tarifas de energia elétrica de forma que a Parcela B não absorva os ganhos de escala supostamente decorrentes do aumento da demanda, bem como indenização dos consumidores pelos danos materiais correspondentes ao dobro dos reajustes verificados.
principais fatos	O pedido de antecipação de tutela foi indeferido. Aguarda-se julgamento da ação
se a chance de perda é:	Remota
análise do impacto em caso de perda do processo	Tal fato implicará alteração das bases contratuais do Contrato de Concessão e, conseqüentemente, de toda a metodologia de fixação das tarifas elaborada pelo próprio poder concedente.
valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão, eventual cálculo requereria a apuração das tarifas praticadas nos últimos 7 anos e a variação de mercado da concessionária. O posicionamento da Companhia e demais concessionárias de distribuição de energia elétrica, corroborado pela ANEEL, é no sentido de que essas ações têm probabilidade de perda remota, uma vez que o critério de reajuste das tarifas observa as regras da ANEEL e do contrato de concessão. Assim, a Companhia não realizou cálculo da contingência, em vista da dificuldade de sua realização e de sua irrelevância.

Processo nº 0044688-64.2005.8.12.0001	
juízo	Vara de Direitos Difusos , Coletivos e Individuais Homogêneos de Campo Grande-MS
instância	1ª Instância
data de instauração	27/10/2005
partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Réu: Enersul

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

valores, bens ou direitos envolvidos	Trata-se de ação que visa a obrigar a Enersul a não proceder a cobrança de valores e tarifas incidentes retroativamente em virtude de falha ou defeito constatado em medidores de consumo de energia elétrica, salvo depois de produzir, além do laudo Pericial respectivo, provas inequívocas de que foi o consumidor do serviço quem deliberadamente deu causa ou defeito, mediante processo não inquisitorial, ou seja, julgado por autoridade independente e imparcial, que garanta o contraditório, ampla defesa e que respeite a distribuição legal do ônus da prova, bem como, obrigação de não fazer consistente em não proceder a suspensão do fornecimento de energia elétrica em virtude da constatação de defeito ou falha no medidor de consumo de energia elétrica pelas razões acima. Pede ainda a condenação da Enersul a devolver em dobro os valores cobrados com base no procedimento combatido. O valor dado à causa foi de R\$ 500.000,00
principais fatos	Autos remetidos à Justiça Federal para apreciação da competência.
se a chance de perda é:	Possível
análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, haverá condenação quanto à devolução de valores cobrados, supostamente, de forma irregular. A apuração de valores somente será possível em fase de liquidação, quando os parâmetros de eventual cobrança já estiverem definidos por decisão judicial
valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo Administrativo nº 36750.004776/2006-67 (NFLD Nº 35.686.252-6)	
Juízo	Administrativo - Instituto Nacional do Seguro Social
Instância	Administrativa
Data de instauração	16/12/2005
Partes no processo	Notificante: Instituto Nacional do Seguro Social Notificada: Enersul
Valores, bens ou direitos envolvidos	Trata-se de notificação fiscal de lançamento de débito, no valor de R\$ 9.242.537,59, referente ao período de Jan/99 a Ago/05, por ter a Enersul supostamente deixado de recolher a Contribuição Previdenciária incidente sobre a Participação dos Resultados da Empresa, Seguro de Vida em Grupo, Vale Transporte, Reembolso PDE (Incentivo a Educação Formal), Bônus pago aos dirigentes e Retenção em Notas Fiscais de Serviços.
principais fatos	Aguardando julgamento do recurso administrativo.
se a chance de perda é:	Possível
análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de improcedência do recurso administrativo, será proposta ação judicial.
valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo 97.0005217-6

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Juízo	2ª Vara Federal de Campo Grande
Instância	1ª Instância
Data de instauração	26/09/1997
Partes no processo	Autor: Enersul S/A Ré: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	Trata-se de medida cautelar ajuizada com o objetivo de efetuar depósitos judiciais para ter reconhecida em ação ordinária a imunidade das operações de energia elétrica relativamente ao PIS. Valor histórico total dos depósitos: R\$ 87.652.023,38. Foram efetuados depósitos referentes aos meses de novembro/97 a março/2006. Valor depositado nos autos é de R\$ 87.652.023,38.
principais fatos	A ação declaratória 97.0005924-3 foi julgada improcedente pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Nesse passo, foi manifestado pedido de conversão em renda dos depósitos efetuados nos autos da medida cautelar
se a chance de perda é:	Remota
análise do impacto em caso de perda do processo	Não haverá impacto financeiro, haja vista a existência de depósitos judiciais que apenas aguardam a conversão em renda da União, requerimento já feito em algumas oportunidades.
valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 2000.03.00.009505-7	
Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Instância	Competência originária do tribunal
Data de instauração	25/02/2000
Partes no processo	Autor: União Ré: Enersul
Valores, bens ou direitos envolvidos	O objetivo dessa ação é desconstituir o acórdão do TRF da 3ª Região nº 97.03.046445-9 que julgou inconstitucional a cobrança de alíquota de FINSOCIAL maior que 0,5% no período compreendido entre os meses de julho/1991 e março/1992. O valor dado à causa foi de R\$ 5.196.490,20
principais fatos	O acórdão que a União pretende desconstituir já teve ação rescisória 1607-1 que reconheceu a Enersul como empresa comercializadora e julgou inconstitucionais todas as majorações do Finsocial. A empresa já apresentou manifestação nos autos da ação rescisória 2000.03.00.009505-7 informando sobre a decisão do STF transitada em julgado proferida nos autos da rescisória ajuizada pela própria empresa. Devido à existência de decisão anterior proferida na ação rescisória ajuizada pela empresa, a possibilidade de perda do processo é remota.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

se a chance de perda é:	Remota
análise do impacto em caso de perda do processo	Não há impacto financeiro, em razão de decisão anterior proferida em ação rescisória ajuizada pela empresa
valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 0007065-87.2010.8.12.0001	
Juízo	Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos de Campo Grande-MS
Instância	1ª Instância
Data de Distribuição	11/02/10
Partes no processo	Autor: Associação Brasileira dos Mutuários e Consumidores ABMC Ré: Enersul
Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Civil Pública na qual se discute o erro ocorrido na Revisão tarifária de 2003. É requerida a restituição em dobro dos valores pagos e danos morais coletivos
principais fatos	Em caso remoto de procedência da ação, os impactos financeiros serão mínimos ou inexistentes, pelos motivos que seguem: (i) a devolução dos valores, conforme determinado pela ANEEL, findou-se no início do mês de abril 2011; (ii) há uma anterior ação civil pública, em curso na Justiça Federal e distribuída no ano de 2003 (autos 2003.60.00.008192-9), cujo objeto é mais amplo do que desta ACP, e em fase mais adiantada – realização de perícia; (iii) há ações individuais em curso, que ao longo do tempo esvaziarão o conteúdo financeiro da ação coletiva; (iv) nas ações individuais, o STJ já pacificou o entendimento de que a repetição do indébito, se ocorrer, deverá ser de forma simples. Não haverá, portanto, impacto financeiro.
se a chance de perda é:	Remota
análise do impacto em caso de perda do processo	Não há impacto financeiro pelas razões expostas acima.
valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo Administrativo nº 0140100/00460/08	
Esfera Administrativa	Secretaria da Receita Federal de Campo Grande
Instância	Administrativa
Data de instauração	20/12/2010
Partes no processo	Agente Ativo: Secretaria da Receita Federal de Campo Grande Agente Passivo: Enersul

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor de causa R\$ 34.418.820,18
principais fatos	Trata-se de Auto de Infração lavrado pela RFB em face da Enersul para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados pela Enersul, no regime não cumulativo, sobre os valores que então seriam restituídos aos seus consumidores, por força de determinação da ANEEL (1º ciclo de revisão tarifária).
se a chance de perda é:	Possível
análise do impacto em caso de perda do processo	Mesmo que a Enersul não seja exitosa no processo administrativo, a discussão seria reiniciada no âmbito do judiciário. Neste sentido é que, administrativamente, não há qualquer impacto financeiro nos limites do processo ora em referência.
valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. IMPACTOS EM CASO DE PERDA E VALORES ENVOLVIDOS EM PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTE:

Não aplicável.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS REPETITIVOS OU CONEXOS, BASEADOS EM FATOS E CAUSAS JURÍDICAS SEMELHANTES, QUE NÃO ESTÃO SOB SIGILO E QUE EM CONJUNTO SEJAM RELEVANTES, EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTE:

Ver item 4.3 deste Formulário de Referência.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES NÃO ABRANGIDAS PELOS ITENS ANTERIORES:

A Companhia não possui outras contingências relevantes.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. INFORMAÇÕES SOBRE AS REGRAS DO PAÍS DE ORIGEM DO EMISSOR ESTRANGEIRO E REGRAS DO PAÍS NO QUAL OS VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR ESTRANGEIRO ESTÃO CUSTODIADOS:

A Companhia é de origem nacional, logo este item não se aplica.

a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável à Companhia.

b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável à Companhia.

c) hipóteses de cancelamento de registro

Não aplicável à Companhia.

d) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável à Companhia.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1. RISCOS DE MERCADO A QUE A COMPANHIA ESTÁ EXPOSTA, INCLUSIVE EM RELAÇÃO A RISCOS CAMBIAIS E A TAXA DE JUROS:

Risco Cambial

A Companhia possui um risco pouco significativo referente a exposição cambial em dólar norte-americano, pois apenas uma pequena parte de sua dívida financeira bruta e alguns passivos que estão denominados em dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2011, apenas de 1% ou R\$6,3 milhões (inclusive juros acumulados), de seu endividamento estavam denominados em dólar norte-americano. Além disso, a Companhia também apresenta risco cambial referente a compra de energia elétrica de Itaipu Binacional, pois os preços são em dólares. Todavia, a compra dessa energia faz parte da "Parcela A" que tem sua recuperação garantida. Assim, no caso de uma expressiva valorização cambial, o fluxo de caixa da Companhia poderá sofrer variações significativas. Esses riscos, que estão além de nosso controle, envolvem principalmente a possibilidade de que mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio e inflação, possam afetar negativamente o valor de nossos ativos financeiros, fluxos de caixa e rendimentos futuros. A mitigação destes riscos ocorre por meio da aplicação de procedimentos de avaliação da exposição dos ativos e passivos ao risco de mercado e consequentemente contratação de hedge quando necessário junto à Instituições Financeiras de primeira linha.

Risco de Taxa de Juros

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia tinha aproximadamente R\$657,9 milhões de empréstimos e financiamentos em aberto em moeda nacional (inclusive juros de curto prazo acumulados). A Companhia investe também em seus excedentes de liquidez principalmente em instrumentos a juros variáveis vinculados à taxa CDI. O saldo de aplicações e disponível da Companhia em 31 de dezembro de 2011 totalizava R\$ 116,1 milhões.

Gerenciamento dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado por meio de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, de mercado, liquidez.

Outros Riscos aos quais à Companhia está exposta

O governo brasileiro exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem nos afetar diversamente.

O governo brasileiro poderá intervir na economia nacional e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas no passado pelo governo brasileiro para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não se tem controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro, e não há como prevê-las. Os negócios da Companhia a situação financeira, o resultado das operações e as perspectivas poderão ser prejudicados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

- instabilidade social e política;
- expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- flutuações cambiais relevantes;
- alterações no regime fiscal e tributário;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- taxas de juros;
- inflação;
- política monetária;
- política fiscal;
- risco de preço;
- risco hidrológico;
- racionamento de energia; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto ao implemento de mudanças por parte do governo brasileiro nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e pode aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão nos afetar adversamente.

A Companhia está exposta a riscos decorrentes de aumentos nas taxas de inflação, de juros e flutuações na taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2011, 99,0% ou R\$651,5 milhões do endividamento total da Companhia, (incluídos os juros vencidos) estavam denominados em Reais e remunerados às taxas de mercado financeiro brasileiro, a taxas de inflação ou a taxas de juros flutuantes. Nesta mesma data 1,0%, ou R\$6,4 milhões do endividamento total da Companhia (incluídos os juros vencidos) estavam denominados em moeda estrangeira e remunerados a taxas de mercado internacionais ou a taxas de juros flutuantes. Ademais em 31 de dezembro de 2011, 15,0% ou R\$71,3 milhões das despesas e custos operacionais da Companhia estavam atreladas à variação da moeda estrangeira, primordialmente relacionadas à aquisição de energia de Itaipu.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas, por intermédio das superintendências financeiras de acordo com a estratégia previamente aprovada pelos gestores da Companhia. A contratação de

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

instrumentos derivativos objetiva proteger a exposição das obrigações da Companhia ao risco de mercado, principalmente, riscos de variação cambial, que possam resultar em perda financeira.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira, bem como os negócios da Companhia.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao Dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Por exemplo, o Real desvalorizou 18,7% em 2001 e 52,3% em 2002, frente ao Dólar, embora o Real tenha valorizado 11,8%, 8,7% e 17,2% com relação ao Dólar em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o Real desvalorizou-se 32%, tendo fechado em R\$2,336 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2011, o Real registrou uma desvalorização de 12,6% em relação ao Dólar, passando de R\$/US\$1,6654 em 31/12/2010 para R\$/US\$1,8751 em 31/12/2011. A desvalorização do Real em relação ao dólar aumenta os custos das obrigações da REDE COMPANHIA e de suas controladas, em moeda estrangeira, particularmente suas obrigações de compra de energia de Itaipú, um dos maiores fornecedores, sendo as variações da taxa de câmbio desse contrato reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA.

Uma grande desvalorização do Real pode afetar de forma significativa a liquidez e fluxo de caixa da Companhia no curto prazo. A desvalorização do Real também cria pressão inflacionária que pode nos afetar negativamente. Usualmente, a desvalorização do Real limita o acesso da Companhia aos mercados de capitais internacionais e pode favorecer a intervenção do estado na economia, incluindo a imposição de políticas recessivas.

O aumento ou a manutenção de elevadas taxas de juros reais pode causar um efeito adverso à economia brasileira e à Companhia.

As altas taxas de juros têm afetado adversamente a economia brasileira e podem afetar negativamente os negócios da Companhia. Durante o ano de 2002, o Banco Central aumentou a taxa de juros base do Brasil, de 19% para 25%, como resultado da crescente crise econômica da Argentina, um dos maiores parceiros comerciais do Brasil, como também do menor nível de crescimento da economia dos EUA e da incerteza econômica causada pelas eleições presidenciais brasileiras, dentre outros fatores. Durante o ano de 2003, o Banco Central reduziu a taxa de juros base do Brasil de 25,5% para 16,5%, refletindo um período favorável e taxas de inflação em linha com a política de metas de inflação do Banco Central. De forma geral, a taxa de juros de curto prazo do Brasil, em decorrência da determinação pelo Banco Central das taxas de juros de curto prazo, foi mantida em altos níveis nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, as taxas de juros de curto prazo foram 13,25%, 11,25%, 13,75%, 9,05%, 10,75% e 11,00% ao ano, respectivamente.

Taxas de juros reais elevadas, se mantidas por um período relevante de tempo, tendem a inibir o crescimento econômico e em consequência a demanda agregada. Uma redução do nível de atividade tende a reduzir o consumo industrial de energia elétrica tendo potencial de afetar, no longo prazo, os preços de venda de energia elétrica. Neste contexto, futuros investimentos que, devido ao seu estágio inicial, ainda não tenham tido sua energia futura vendida em contratos de longo prazo poderiam obter preço de venda de sua produção futura inferior ao atualmente esperado reduzindo o retorno previsto de investimentos futuros.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Os esforços do governo brasileiro para controle da inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, o que pode nos afetar adversamente.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo governo brasileiro no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Mais recentemente, a taxa anual de inflação medida pelo IGPM caiu de 20,10% em 1999 para 5,09% em 2011, e o índice anual de preços, por sua vez, conforme medida pelo IPCA, caiu de 8,9% em 1999 para 6,5% em 2011. As medidas do governo brasileiro para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros oficiais no Brasil no final de 2009, 2010 e 2011 foram de 9,05%, 10,75% e 11,00% ao ano (já comentado em parágrafo anterior), respectivamente, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária – COPOM.

Eventuais futuras medidas do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação. Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro, talvez não sejamos capazes de reajustar os preços que cobramos dos clientes e pagadores da Companhia para compensar os efeitos da inflação sobre a estrutura de custos da Companhia, o que poderá resultar em aumento dos custos da Companhia e afetá-la adversamente.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado dos valores mobiliários da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, outros países de economia emergente, os Estados Unidos e a Europa. Embora a conjuntura econômica desses países possa ser significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras.

Crises nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que, direta ou indiretamente, afetaram, e afetam, de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários da Companhia, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

A desvalorização do Real em relação ao Dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como nos afetar adversamente.

Alterações na legislação tributária do Brasil poderão afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal regularmente implementa alterações no regime fiscal que afetam a Companhia. Estas alterações incluem mudanças nas alíquotas e, ocasionalmente, a cobrança de tributos temporários, cuja arrecadação é associada a determinados propósitos governamentais específicos.

Algumas dessas medidas poderão resultar em aumento da carga tributária, o que poderá, por sua vez, influenciar a lucratividade e afetar adversamente os preços da energia gerada da Companhia, podendo impactar, conseqüentemente, seu resultado financeiro. Apesar de a concessionária de distribuição ter direito ao repasse em sua tarifa de aumentos de tributos que a impactem, não há garantias de que a ANEEL fará o repasse integral desses eventuais aumentos, bem como não há garantias de que Companhia será capaz de manter seus preços, fluxos de caixas projetados ou sua lucratividade se ocorrerem aumentos significativos nos tributos aplicáveis às suas operações e atividades.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "5".

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	01/01/1979
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anonima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	28/08/1981

6.3 - Breve histórico

6.3. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA:

Em 1º de janeiro de 1979, o governo do Estado de Mato Grosso do Sul autorizou a criação da Enersul, por meio do decreto-lei n.º 10, retificado pelo decreto-lei n.º 46, de 06 de janeiro de 1979. O Decreto Estadual n.º 72, de 26 de janeiro de 1979, criou a Companhia para distribuir a energia elétrica no Estado do Mato Grosso do Sul.

Em 24 de setembro de 1997, iniciou-se o processo de privatização da Companhia, com a abertura de audiência pública a fim de dar conhecimento, informar e esclarecer a opinião pública sobre as condições gerais da desestatização, tendo sido publicado, em 21 de outubro de 1997, no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, o Edital de Alienação.

Na privatização, foi alienado 61,36% das ações do capital social equivalente a 84,21% do capital votante que pertenciam ao Estado de Mato Grosso do Sul e às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS. O leilão de privatização da Enersul foi realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro no dia 19 de novembro de 1997, sendo o lance vencedor apresentado pela Magistra, no valor de R\$ 625.555 mil, correspondendo a um ágio de 83,80% sobre o preço mínimo. Em 31 de dezembro de 1999, a Magistra detinha 87,86% das ações ordinárias e 65,20% do total de ações do capital social da Enersul.

Na privatização, também foi ofertado aos empregados 6% do capital social, equivalente a 7,68% do capital votante, ao preço total de R\$ 10.285 mil com deságio de 70% do valor econômico mínimo por ação. Os empregados adquiriram 4,62% do capital social e a sobra de 1,38% foi arrematada pela Fundação Enersul, conforme previa o edital de desestatização da Enersul.

Em 1998, a Enersul, por meio do consórcio formado entre a e a DM Construtora de Obras Ltda, ingressou no empreendimento de construção da Costa Rica Energética Ltda., uma usina hidrelétrica com potência instalada de 16 MW que iniciou suas operações, em caráter experimental, no mês de setembro de 1998. Atualmente, a Costa Rica é controlada pela Energest, controlada direta da Energias do Brasil S.A..

A administração da empresa foi regulada por um acordo de acionistas celebrado na data da privatização, que vigorou até setembro de 2002.

A partir de outubro de 2002, com o término do acordo de acionistas, os acionistas controladores da Energias do Brasil adquiriram o controle exclusivo da Escelsa e da Enersul. Para todos os períodos a partir de outubro de 2003 até o início de 2004, a Energias do Brasil, em conjunto com a Escelsa e a Enersul estiveram sob o controle conjunto dos acionistas controladores da Energias do Brasil.

Em 19 de abril de 2004, as administrações da Energias do Brasil e suas controladas, Bandeirante, Iven, Escelsa e Enersul, protocolaram, na ANEEL, o pedido de autorização prévia para realização de reorganização societária, objetivando, simplificar a estrutura societária dessas companhias e capturar sinergias. Essa reorganização societária englobou: (i) a incorporação pela Enersul do investimento e ágio registrado na sua controladora direta; (ii) a incorporação da Iven pela Escelsa; (iii) a incorporação pela Escelsa das ações da Enersul, não detidas pela incorporadora; e (iv) a incorporação pela Energias do Brasil das ações da Escelsa e da Bandeirante, não detidas pela incorporadora.

Em 25 de abril de 2005, por meio da Resolução Autorizativa n.º 164, a ANEEL anuiu a proposta da reorganização societária das concessionárias Enersul, Escelsa e Bandeirante mencionada acima. Conforme fato relevante publicado pela Energias do Brasil no dia 14 de junho de 2005 no Jornal "Valor Econômico", foi celebrado, no dia 13 de junho de 2005, o Instrumento de Justificação e Protocolo de Cisão Parcial e de Incorporação de Acervo Cindido e de Sociedades com as suas controladas Escelsa, Enersul, CESA, Energest, Magistra, Ochola Participações Ltda. e ENERCORP – Serviços Corporativos Ltda., que contemplava os seguintes atos necessários à desverticalização das atividades dessas companhias, em atendimento à Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico: (a) segregação das atividades de distribuição e geração da Escelsa e da Enersul; e (b) organização horizontal de suas controladas, com decorrente maior transparência na divulgação e apuração do resultado da Energias do Brasil.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5 - PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS:

Contrato de Investimento Celebrado entre a Denerge – Desenvolvimento Energético S.A. e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS (“FI-FGTS”)

Em 14 de junho de 2010, A DENERGE – DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO S.A., acionista controladora direta da EEVP – Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (“EEVP”) e indireta da REDE, controladora da ENERSUL, celebrou contrato com o FI-FGTS para a realização de investimento pelo FI-FGTS mediante subscrição de ações na EEVP, no valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), que representarão aproximadamente 35% (trinta e cinco por cento) do capital social da EEVP.

A subscrição e integralização das ações, após cumprimento de determinadas condições precedentes definidas nos documentos da operação, foi realizada. Os recursos integralizados pelo FI-FGTS na EEVP terão como destinação final a realização de investimentos em infraestrutura das Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA e da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul, sociedades controladas pela REDE.

Ressalte-se que parte dos recursos integralizados pelo FI-FGTS na EEVP foram repassados à ENERSUL por meio do aumento de capital aprovado em 20 de outubro de 2010, a seguir relatado.

O investimento do FI-FGTS permite à REDE a realização de relevantes investimentos em infraestrutura nas áreas de concessão da CELPA e da ENERSUL, além de possibilitar melhoria de sua estrutura de capital e aprimoramento dos padrões de governança corporativa.

Aumento de Capital

Em 20 de outubro de 2010, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária (“AGE”), o aumento de capital social no valor de R\$ 70.055.974,49 (setenta milhões, cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), a ser realizado mediante a emissão de 5.304.056.215 (cinco bilhões, trezentos e quatro milhões, cinquenta e seis mil, duzentas e quinze) novas ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 13,208 por lote de mil ações, fixado de acordo com o inciso II do parágrafo 1º do Artigo 170 da Lei 6.404/76, a serem subscritas e integralizadas pelos acionistas da Companhia.

As ações ordinárias emitidas terão os mesmos direitos e vantagens das ações já existentes, de acordo com o disposto no Estatuto Social e farão jus aos dividendos e eventuais distribuições sobre o capital que vierem a ser aprovados pela Companhia, *pro rata tempore*, com relação aos resultados do exercício de 2010, devendo passar a participar integralmente de todos os dividendos e remunerações de capital eventualmente aprovados com relação aos resultados do exercício de 2011.

As ações emitidas serão integralizadas no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

Foi assegurado aos acionistas o direito de preferência na subscrição das ações emitidas, na proporção do número de ações que possuírem, nos termos do “caput” do artigo 171 da Lei nº 6.404/76, cujo prazo iniciou-se em 26/10/2010 e encerrar-se-á em 24/11/2010, inclusive.

As eventuais sobras do aumento de capital ora deliberado, nos termos da alínea “b” do parágrafo 7º do Artigo 171 da Lei nº 6.404/76, serão rateadas na proporção dos valores subscritos entre os acionistas que tiverem pedido, no Boletim de Subscrição, reserva de sobras. Havendo saldo, novos rateios serão realizados até a conclusão da subscrição.

A acionista, Rede Power do Brasil S.A., nos termos do parágrafo 6º do artigo 171 da Lei nº 6.404/76, cede seu direito de preferência na subscrição das ações ordinárias ora emitidas pela

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Companhia para a acionista Rede Energia S.A., que, também presente à Assembleia, (i) subscreveu, no ato, 5.299.818.292 (cinco bilhões, duzentas e noventa e nove milhões, oitocentas e dezoito mil, duzentas e noventa e duas) ações ordinárias, integralizando-as em moeda corrente nacional pelo valor de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), no ato da subscrição; e (ii) manifestou sua intenção na subscrição de sobras, observados os direitos dos demais acionistas da Companhia.

O quadro abaixo apresenta a posição acionária antes do aumento de capital da Companhia:

Acionista	Nacionalidade	CPF/CNPJ	% de Ações		% do Capital Total
			Ordinárias	Preferenciais	
REDE ENERGIA	Brasileira	61.584.140/0001-49	56,18	-	56,18
REDE POWER	Brasileira	00.412.685/0001-83	43,74	-	43,74
Outros	-	-	0,08	-	0,08
Total	-	-	100,00	-	100,00

O quadro abaixo representa a posição acionária após o aumento de capital na Companhia, na hipótese do não exercício do direito de preferência pelos demais acionistas da Companhia, sujeito à homologação do aumento de capital:

Acionista	Nacionalidade	CPF/CNPJ	% de Ações		% do Capital Total
			Ordinárias	Preferenciais	
REDE ENERGIA	Brasileira	61.584.140/0001-49	60,16	-0-	60,16
REDE POWER	Brasileira	00.412.685/0001-83	38,77	-0-	38,77
Outros	-	-	0,07	-0-	0,07
Total	-	-	100,00	-	100,00

Nos termos do artigo 171, §7º, alínea “b” da Lei 6.404/76, eventuais sobras serão rateadas na proporção dos valores subscritos entre os acionistas que tiverem pedido, no boletim de subscrição, reserva de sobras. Havendo saldo, novos rateios serão realizados até a conclusão da subscrição.

Em 24 de novembro de 2010, se encerrou o prazo decadencial de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência na subscrição das ações emitidas em razão do aumento de capital social deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de outubro de 2010 (“AGE”), cuja Ata foi publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul e nos jornais Valor Econômico – Edição Nacional e Correio do Estado no dia 26 de outubro de 2010, tendo sido cumpridas todas as formalidades legais para a efetivação do referido aumento de capital.

A acionista REDE ENERGIA S.A. subscreveu e integralizou 5.299.818.292 (cinco bilhões, duzentas e noventa e nove milhões, oitocentas e dezoito mil, duzentas e noventa e duas) ações ordinárias no ato da deliberação do aumento do capital, sendo que os demais acionistas da Companhia não exerceram seus respectivos direitos de preferência.

A acionista REDE ENERGIA S.A., que havia manifestado interesse na subscrição das sobras, subscreveu e integralizou a totalidade das sobras, ou seja, 4.237.923 (quatro milhões, duzentas e trinta e sete mil, novecentas e vinte e três) ações ordinárias pelo valor de R\$ 55.974,49 (cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e quatro reais e quarenta e nove centavos).

Em 15 de dezembro de 2010, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da ENERSUL, por meio da qual foi aprovada a homologação da totalidade do aumento de capital aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de outubro de 2010, e ainda, aprovada a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passou a vigorar da seguinte forma:

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

“Artigo 5º O capital social da Companhia é de R\$ 533.468.270,74 (quinhentos e trinta e três milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, duzentas e setenta reais e setenta e quatro centavos), representado por 58.441.068.563 (cinquenta e oito bilhões, quatrocentos e quarenta e um milhões, sessenta e oito mil, quinhentas e sessenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.”

O capital social da Companhia, portanto, é de R\$ 533.468 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações	
	Ordinárias	%
Rede Energia S.A.	35.155.269.868	60,16
Rede Power do Brasil S.A.	23.243.342.380	39,77
Outros	42.456.315	0,07
Total	58.441.068.563	100,00

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6 INDICAR SE HOUE PEDIDO DE FALÊNCIA, DESDE QUE FUNDADO EM VALOR RELEVANTE, OU DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL DO EMISSOR, E O ESTADO ATUAL DE TAIS PEDIDOS:

Até a presente data, não foi protocolado nenhum pedido requerendo a nossa falência e/ou nossa recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

Em 28 de fevereiro de 2012, a Coligada CELPA (uma das subsidiárias da REDE ENERGIA), ajuizou pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei n.º 11.101/2005 (Lei de Recuperação). O processamento da Recuperação Judicial foi deferido em 29 de fevereiro de 2012.

O ajuizamento do pedido de recuperação representa o exercício regular de um direito da CELPA garantido por lei e não configura, nos termos dos contratos de concessão vigentes, causa contratualmente prevista para a extinção da concessão da CELPA.

O ajuizamento da recuperação judicial pela CELPA consta de determinados contratos de financiamento como hipótese de vencimento antecipado das dívidas correspondentes.

A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores, entende que os efeitos das referidas cláusulas de vencimento antecipado (ou cruzado – cross default) tende a ser mitigado de modo significativo em todos os casos em que houver efetivo adimplemento das obrigações pecuniárias por parte do respectivo devedor ou garantidor, conforme o caso.

As administrações da CELPA e da Companhia contrataram assessores financeiros especializados para conduzir os processos de negociação com os credores da CELPA e do Grupo de modo geral (Rothschild), bem como assessores jurídicos para representação dos interesses da Companhia e das empresas do grupo nesse mesmo processo de reestruturação.

A expectativa da administração da Companhia é a de que o processo de recuperação judicial permitirá viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira da CELPA, com a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, em benefício de todas as sociedades do grupo.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7 FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "6".

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COMPANHIA E POR SUAS CONTROLADAS:

A Companhia tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica.

A Companhia tem como foco: (i) a exploração de serviços públicos de energia, principalmente a elétrica, nas áreas referidas no Contrato de Concessão e nas outras em que, de acordo com a legislação aplicável, for autorizada a atuar; (ii) estudar, elaborar, projetar, executar, explorar ou transferir planos e programas de pesquisa e desenvolvimento que visem qualquer tipo ou forma de energia, bem como de outras atividades correlatas à tecnologia disponível, quer diretamente, quer em colaboração com órgãos estatais ou particulares; (iii) participar nos empreendimentos que tenham por finalidade a distribuição e o comércio de energia, principalmente a elétrica, bem como a prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com esse objeto, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados, através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; prestação de serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios; (iv) prestar outros serviços de natureza pública ou privada, inclusive serviços de informática mediante a exploração de sua infra-estrutura, com o fim de produzir receitas alternativas complementares ou acessórias; e (v) contribuir para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. SEGMENTOS OPERACIONAIS:

a) produtos e serviços comercializados

A Companhia é a principal concessionária distribuidora de energia no Estado do Mato Grosso do Sul, o quinto maior estado por área do Brasil, abrangendo aproximadamente 3,9% do território brasileiro, com uma concessão que expira em 2027 que pode ser renovada por 30 anos mediante requerimento da Companhia, e se houver interesse público à época da renovação. Sua área de concessão cobre aproximadamente 328.320 quilômetros quadrados, incluindo 72 municípios de um total de 78 municípios com uma população total de aproximadamente 2,3 milhões. As principais atividades econômicas do Mato Grosso do Sul estão relacionadas à pecuária e ao agronegócio. O Mato Grosso do Sul possui o terceiro maior rebanho bovino do Brasil e está entre os cinco maiores produtores de soja e cana-de-açúcar do País.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Companhia vendeu 3.618 GWh de eletricidade para aproximadamente 844 milhões de consumidores. As vendas da Companhia representaram R\$ 1.719 milhões.

A sede da ENERSUL está localizada na Avenida Gury Marques, nº 8000, na cidade de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul. A ENERSUL foi constituída em 11 de junho de 1979. Na data deste Prospecto, o capital social da ENERSUL era representado por 53.137.012.348 ações ordinárias.

As tabelas abaixo apresentam algumas das principais informações operacionais consolidadas da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008.

GWH	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	%	2010	%	2009
Residencial	1.253	6,73	1.174	7,21	1.095
Industrial	542	1,88	532	12,00	476
Comercial	857	10,44	776	9,30	710
Rural	402	5,24	382	4,95	364
Outros	564	5,62	534	11,25	480
Total	3.618	6,47	3.398	8,77	3.124

Consumidores	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
	2011	%	2010	%	2009
Residencial	676.646	4,11	649.920	2,37	634.874
Industrial	5.942	5,67	5.623	7,76	5.218
Comercial	68.593	4,74	65.489	6,76	61.344
Rural	81.990	4,02	78.819	7,73	73.166
Outros	11.072	3,54	10.693	4,51	10.232
Total	844.243	4,16	810.544	3,28	784.834

Como regra geral, a Companhia repassa aos seus clientes, por meio de suas tarifas, todo o seu custo de compra de energia, com exceção de situações excepcionais previstas da regulamentação aplicável.

O negócio da Companhia, incluindo os serviços fornecidos e as tarifas cobradas, está sujeito à regulamentação da ANEEL e do MME. Para mais informações, veja o item 7.5. abaixo. A Companhia também está sujeita aos termos de seu contrato de concessão, celebrado com a ANEEL em 15 de junho de 1998, que lhe concede o direito de distribuir energia na sua área de concessão até 15 de junho 2028.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Atualmente as receitas da Companhia decorrem da atividade de distribuição de energia. Em 2011, registramos receita líquida de R\$ 1.334 milhões oriunda da distribuição de 3.618 GWh de energia elétrica para aproximadamente 844 milhões de clientes cativos.

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

A segregação do lucro ou prejuízo por segmentos de atuação não é aplicável, considerando que as receitas da Companhia advêm de um único segmento, qual seja, a distribuição de energia elétrica. De toda forma, a tabela abaixo demonstra o lucro da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
R\$ MM	2011	2010	2009
Lucro Líquido	151,7	85,4	100,2

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8. OUTRAS RELAÇÕES DE LONGO PRAZO RELEVANTES DA COMPANHIA:

A Companhia ENERSUL, divulga seus respectivos Relatórios de Responsabilidade Socioambiental no *website* da CVM, via Sistema IPE. Essa divulgação consta no *website* da REDE ENERGIA: www.redenergia.com.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Seguros

Nossos contratos de seguros são estabelecidos com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por importâncias seguradas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre nossos ativos e responsabilidades. Nós acreditamos que nossa cobertura de seguro está dentro dos padrões do mercado segurador aplicados ao setor elétrico.

Nossas distribuidoras não possuem cobertura de seguro contra risco de interrupção das operações comerciais, por acreditarem que o risco de interrupção de grandes proporções não justifica os prêmios. Também estão excluídos da cobertura de seguros os riscos de roubo e atos terroristas.

Programas Sociais

Além de distribuir e produzir energia elétrica de forma segura, confiável e responsável em termos ambientais, a Companhia investe nas comunidades onde a Companhia opera. A Companhia está comprometida com o desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros dessas comunidades, tais como centros voltados à criação artística, incentivo cultural e desenvolvimento social.

Seguem abaixo os mais atuais programas socioambientais da Companhia baseada na Política de Sustentabilidade de sua controladora, a ENERSUL investiu em projetos socioambientais que visam o desenvolvimento regional, a geração de renda, o esporte e a educação. Alguns dos Projetos de maior abrangência estão relacionados a seguir:

Programa de apoio a famílias de baixa renda por meio da troca gratuita de geladeiras e lâmpadas, de alto consumo, por equipamentos novos e mais eficientes.

Convênio firmado entre a ENERSUL e a Junior Achievement, organização de educação prática em economia e negócios, que tem como objetivo despertar o espírito empreendedor nos jovens, estimulando-os ao desenvolvimento pessoal.

Todos pela Educação: manutenção de movimento do qual somos signatários desde 2006. O Compromisso Todos Pela Educação é uma aliança da sociedade civil, da iniciativa privada e de gestores públicos da educação, com o propósito de mobilizar e comprometer o Brasil para que, até 2022, no bicentenário da Independência, todas as crianças e jovens tenham acesso a uma educação básica de qualidade;

Projeto Arte no CICA: trata-se de Projeto beneficiado pela Empresa por meio da Doação Incentivada do Fundo da Criança e Adolescência. Seu foco é no mais amplo sentido de educação: são ações voltadas ao fortalecimento do capital humano, das comunidades ligadas às atividades escolares extracurriculares e de arte-educação para crianças e adolescentes com idade de 7 a 15 anos;

Projeto Dançando para a Vida: este Projeto foi apresentado pela AACCC e seu objetivo é o uso da dança como função terapêutica no complemento do tratamento das crianças e adolescentes portadores do câncer. Há 6 anos, a ENERSUL é parceira nesse Projeto;

Gincana Solidária: de arrecadação de alimentos para a AACCC, que envolve os colaboradores da empresa, distribuídos em equipes em todas as áreas. Neste ano de 2011 foram arrecadadas 33 toneladas de alimentos.

7.9 - Outras informações relevantes

Projeto Preservação Eco Ambiental Pestalozzi: trata-se de Projeto por meio da Doação Incentivada do Fundo da Criança e Adolescência. O projeto desenvolve conscientização ambiental através de oficinas, palestras, *workshops* para crianças e adolescentes, famílias e profissionais da educação e da saúde, através dos cuidados com o meio ambiente;

Projeto Moinho In Concert: foi patrocinado, por meio da Lei de Incentivo a Cultura (Rouanet), para o desenvolvimento do espetáculo cultural que abrange arte, música, dança e muita diversão;

Projeto Dourados - Natal de Luzes: patrocínio para efetivação do Projeto que intenta trabalhar a visibilidade da Cidade, evidenciando seu potencial comercial, urbanístico e cultural e, ainda, valorizando uma data comemorativa tão importante para os brasileiros;

Programa Médico da Família: programa realizado pela TV Campo Grande, diariamente abordando temas de relevância sobre saúde, prevenção de doenças, dicas de primeiros socorros, de utilidade pública abrangendo todas as classes sociais.

Lançamento do Guia Turístico, Histórico, Cultural e Ecológico do Mato Grosso do Sul, destinado a bibliotecas, escolas públicas e comunidade em geral.

- **Concurso Cultural Energias do Mundo** desenvolvido nas escolas, com o tema “A História das Energias do Mundo: passado, presente e futuro”, ofereceu a oportunidade de professores e alunos estabelecerem reflexões e práticas sobre o tema ambiental;

- Apoio ao **Instituto Ethos e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ONU) e Compromisso Todos Pela Educação;**

- **Programa de orientação para o uso racional e consciente da energia**, por meio de palestras e distribuição de cartilhas;

- **Programa Médico da Família** - Apoio às ações da comunidade para a orientação e prevenção para uma vida saudável, como o patrocínio do “Programa Médico da Família”, realizado pela TV Campo Grande;

- **Moinho Cultural-** Patrocínio de iniciativas sócio-educacionais voltadas à cultura regional, como o patrocínio do Moinho Cultural, que é um projeto sócio - educacional do Instituto Homem Pantaneiro;

- Distribuição de **livros infanto-juvenis**, Lelê e Trix - O Gigante Monstruoso do Lixo, e apresentação de **peças teatrais**, Parangolé - Grupo Armatrux, para o desenvolvimento do respeito ao meio ambiente.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1. Descrever o grupo econômico em que se insere o emissor:

a) Controladores diretos e indiretos

Rede Power do Brasil S.A., inscrita no CNPJ/MF nº inscrita no CNPJ/MF nº 00.412.685/0001-83;

Rede Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 61.584.140/0001-49;

Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 60.876.075/0001-62;

Denerge – Desenvolvimento Energético S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 45.661.048/0001-89;

BBPM - Participações S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 58.890.112/0001-45;

JQMJ – Participações S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 54.445.853/0001-66; e

Jorge Queiroz de Moraes Junior, inscrito no CPF/MF nº 005.352.658-91

b) Controladas e coligadas

A Companhia não possui controladas e coligadas.

c) Participações da Companhia em sociedades do grupo

A Companhia não possui participações em sociedades do grupo.

d) Participações de sociedades do grupo no emissor

Nenhuma das sociedades do grupo possui qualquer participação no capital social da Companhia, exceto conforme disposto no item “a” acima

e) Sociedades sob controle comum

Rede Energia:

Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (“CELPA”), inscrita no CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80;

QMRA – Participações S.A (“QMRA”), inscrita no CNPJ/MF nº 02.139.940/0001-91;

Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT (“CEMAT”), inscrita no CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99;

Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS (“CELTINS”), inscrita no CNPJ/MF nº 25.086.034/0001-71;

Empresa Energética de Mato Grosso do Sul – ENERSUL (“ENERSUL”), inscrita no CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50;

Caiuá – Distribuição de Energia S.A. (“CAIUÁ”), inscrita no CNPJ/MF nº 07.282.377/0001-20;

Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A (“EDEV”), inscrita no CNPJ/MF nº 07.297.359/0001-11;

Empresa Elétrica Bragantina S.A (“EEB”), inscrita no CNPJ/MF nº 60.942.281/0001-23;

Companhia Nacional de Energia Elétrica (“CNEE”), inscrita no CNPJ/MF nº 61.416.244/0001-44;

Companhia Força e Luz do Oeste (“CFLO”), inscrita no CNPJ/MF nº 77.882.504/0001-07;

Rede Power do Brasil S.A (“REDE POWER”), inscrita no CNPJ/MF nº 00.412.685/0001-83;

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Tangará Energia S.A (“TANGARÁ”), inscrita no CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96;

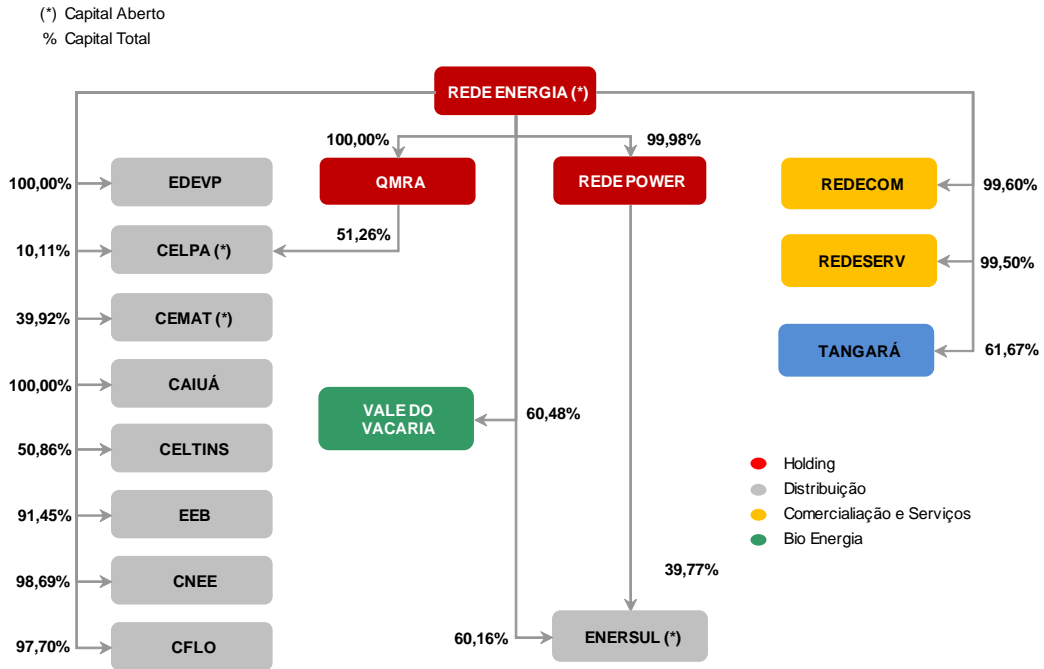
Rede Comercializadora de Energia S.A (“REDE COM”), inscrita no CNPJ/MF nº 04.169.257/0001-22;

Rede Eletricidade e Serviços S.A (“REDE SERV”), inscrita no CNPJ/MF nº 60.876.075/0001-6203.455.071/0001-77; e

Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A (“VALE DO VACARIA”), inscrita no CNPJ/MF nº 60.876.075/0001-6208.302.102/0001-73.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.2. ORGANOGRAMA DO GRUPO ECONÔMICO:



8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	20/10/2010
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Aprovado aumento de Capital Social
Descrição da operação	AGE de 20/10/2010 aprovou o aumento do capital da sociedade e sua homologação ocorreu em 15/12/2010, nos termos descritos no item 6.5 deste Formulário de Referência.

8.4 - Outras informações relevantes

8.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "8".

9.2 - Outras informações relevantes

9.2. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "9".

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.- Enersul (“Enersul” ou “Companhia”) tem como atividade a distribuição de energia elétrica no Estado do Mato Grosso do Sul com sede na cidade de Campo Grande-MS.

Todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias.

Desde o início do Plano Real, em 1993, o Brasil tem evoluído para um quadro de estabilidade econômica, o que faz com que os agentes econômicos tenham expectativas favoráveis para o futuro do País. A manutenção da estabilidade monetária tem sido acompanhada pelo crescimento gradual, porém sustentado, da economia.

Nos anos recentes, o crescimento do PIB teve como principais fatores determinantes o bom desempenho do setor exportador e o aumento da demanda interna. O PIB brasileiro reduziu de 0,2% em 2009, para um crescimento de 7,5% em 2010 e crescimento de 2,7% em 2011¹. A taxa básica de juros em curto prazo (ajustada pelo BACEN em relação ao índice SELIC) aumentou de 8,65% em 2009, considerando o último dia de cada ano, para 10,67% em 2010 e para 10,91% em 2011.

A Companhia opera na região Centro-Oeste do Brasil e o crescimento econômico nessa região pode ser o fator de maior impacto na demanda por energia elétrica e nos resultados operacionais da Companhia.

A distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão da Companhia mostra uma forte correlação com o crescimento e desenvolvimento das economias no Estado do Mato Grosso do Sul, uma vez que a base de clientes é, em grande parte, composta por clientes residenciais cativos nesse Estado. O consumo de energia nos Estados do Mato Grosso do Sul aumentou em média 6,3% ao ano de 2007 a 2011. A Companhia teve um aumento maior do que a média nacional de consumo elétrico, que foi de 3,3%² no mesmo exercício. Além disso, a Companhia acredita que o Estado tem um significativo potencial para desenvolvimento econômico que, a seu ver, se traduzirá em um potencial de crescimento na demanda por energia elétrica.

Inclusive, o PAC, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, incluindo o Mato Grosso do Sul. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos, ao crescimento. Por meio do PAC, estima-se um investimento total da ordem de R\$5,9 bilhões no Estado do Mato Grosso do Sul, distribuídos nos setores de logística, energia, social e urbano.

As receitas da Companhia provêm do segmento de distribuição de energia elétrica. A receita consolidada é dividida da seguinte forma: (i) 89,7% no fornecimento de energia elétrica; (ii) 8,9% receita de construção; (iii) 0,1% suprimento de energia elétrica; e (vi) 1,2% outras receitas. Vale informar que a receita de construção é um dos efeitos da adoção do IFRS (International Financial Report Standard), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de

¹ Fonte: http://www.suapesquisa.com/geografia/economia_brasileira.htm

² Fonte: <http://www.epe.gov.br/mercado/Documents/Consumo%20nacional%20de%20energia%20el%C3%A9trica%20por%20classe%20-%201995-2011.pdf>

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

dezembro de 2010 e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, visto a sua exata contrapartida no custo de operação, resultando em efeito zero no resultado operacional.

A diretoria entende que a Companhia apresenta condições patrimoniais e financeiras para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R\$533,5 milhões, representados por 58.441 milhões de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor juntamente com 1 (um) procurador legal com poder específico

A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral: (a) criar classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classes existentes sem guardar proporção com as demais classes ou com as ações ordinárias, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas, que poderão ser ou não resgatáveis e ter ou não valor nominal; (b) aprovar o resgate de ações, sujeito apenas à aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações ordinárias.

Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso será o valor de patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembléia Geral ou com balanço especial, se for o caso e se solicitado, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na legislação societária e os princípios contábeis geralmente aceitos.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 41,9% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo ativo total) e (ii) 58,1% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo ativo total).

i. hipóteses de resgate

Não há.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da companhia além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de curto e médio prazo do endividamento da Companhia, esta considera adequada a situação apresentada.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

(R\$ mil)	2011	2010	2009
Empréstimos, financiamento e debêntures e encargos	657.896	645.751	676.038
Total de Disponibilidade (1)	116.142	99.591	104.319
Sub-rogação CCC	-	-	4.284
Dívida Líquida (2)	541.754	546.160	567.435

(1) Disponibilidades é a soma dos itens “numerário disponível” e “aplicações no mercado aberto”.

(2) Dívida líquida: empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos menos a disponibilidade e a sub-rogação CCC.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de recursos utilizadas pela companhia são: Eletrobrás e capital de giro. A Eletrobrás fornece uma taxa de juros subsidiada de aproximadamente 6% ao ano e prazos de amortização adequada com o retorno dos investimentos. O capital de giro foi feito por uma condição muito vantajosa nos contratos mais relevantes para empresa tanto na taxa em média de 3% ao ano como na amortização.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia recorrerá ao mercado financeiro contratando operações em seu benefício, caso a sua geração de caixa não seja suficiente para suprir a sua necessidade de capital de giro e investimentos.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O saldo da conta empréstimos e financiamentos passou de R\$645,7 milhões em 2010 para R\$657,9 milhões em 2011, representando um acréscimo de 1,9% (R\$12,2 milhões). Do total, 99,0% são dívidas em moeda nacional e 1,0% em moeda estrangeira e, 16,9% do endividamento financeiro é de curto prazo (vencimento em um ano) e 83,1% no longo prazo.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total consolidado em aberto da Companhia nos períodos em referência:

(R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
Curto Prazo			
Moeda Estrangeira	1.007	1.821	2.155
Moeda Nacional	109.944	88.894	52.843
Longo Prazo			
Moeda Estrangeira	5.341	5.681	12.970
Moeda Nacional	541.604	549.355	608.070
Total Geral	657.896	645.751	676.038

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Abaixo, tabela contendo o resultado do índice de endividamento, que é a divisão da dívida financeira líquida pela dívida financeira líquida mais o patrimônio líquido [dívida financeira líquida / (dívida financeira líquida + patrimônio líquido)].

R\$ mil	Em 31 de Dezembro de		
	2011	2010	2009
Dívida financeira líquida	541.754	546.160	567.435
Patrimônio líquido	788.245	777.601	660.151
Índice de endividamento	0,41	0,41	0,46

Definições de dívida financeira líquida e patrimônio líquido:

Dívida Financeira Líquida – significa empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e encargos menos caixa, aplicações e ativos de sub-rogação CCC.

Patrimônio Líquido – significa a conta patrimônio líquido do passivo.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos mais expressivos, ainda vigentes, estão relacionados a seguir:

Banco Bradesco S.A.

Contrato na modalidade de Cédulas de Crédito Bancário firmando em setembro/2008 no valor total de R\$550,0 milhões para pagamento de dívidas e investimentos na própria emitente. Sobre o valor do empréstimo incidem juros de 100% da variação da taxa CDI acrescido de 3% ao ano, capitalizados diariamente. Principal vencível em 32 parcelas trimestrais, sendo a primeira em dezembro/2010 e a última em setembro/2018 e juros semestrais durante a carência, vencíveis a partir de março/2009 a setembro/2010. Garantia com alienação fiduciária sob condições suspensiva de ações ordinárias de emissão da emitente, alienação fiduciária de ações ordinárias de emissão da Caiuá Distribuição de Energia S.A. e cessão fiduciária dos direitos creditórios em montante igual de 5,23% da receita líquida mensal da emitente. Em setembro/2008 foi utilizado o valor de R\$126,6 milhões para a quitação antecipada de contratos de empréstimos junto ao BNDES por meio do Banco Alfa e aos Bancos do Brasil e Santander Banespa, em outubro/2008 foi utilizado o valor de R\$364,2 milhões para recompra das debêntures, em fevereiro, maio e julho de 2009 foi utilizado o valor total de R\$69,7 milhões para investimentos.

Esta operação tem taxa de juros efetiva de 3,96% a.a. em função do custo de transação, pagos antecipadamente e apropriados mensalmente ao resultado, conforme deliberação CVM nº 649/2010. Durante o exercício findo em 31/12/2011 foram amortizados R\$4,5 milhões (R\$5,0 milhões em 31/12/2010).

HSBC Bank Brasil S.A.

Contrato na modalidade de Cédulas de Crédito Bancário firmado em setembro/2011 no valor total de R\$80,0 milhões a ser utilizado como capital de giro, a ser pago em 54 parcelas mensais após carência de 6 meses, vencendo a última parcela em setembro/2016, operação contratada ao custo de 3,5% a.a. acima da variação do CDI, tendo como garantia a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Financiamentos relevantes e outras relações de longo prazo com instituições financeiras

São demonstrados abaixo as características das principais dívidas em 31 de dezembro de 2011:

BNDES:

Contrato nº 1003269 e aditivos – assinado em outubro de 2006, para financiamento de obras, no valor de R\$20,6 milhões com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco ALFA, a ser amortizado em 48 parcelas mensais e juros de 4,80% ao ano, indexação da TJLP, e término em junho de 2012, com garantia em Recebíveis e nota promissória. Em outubro de 2008 este contrato foi aditado, incluindo como avalista a Rede Energia S.A. e o custo passou de 4,8% a.a. para 6,3% a.a. acima da TJLP.

Eletrobrás:

IRDs (Instrumento de Reconhecimento de Débito) – recursos oriundos de repasse do Governo Federal, que constitui financiamento do Fundo Federal de Eletrificação à Concessionária, com amortização em 80 parcelas trimestrais iguais e taxa de juros de 8% ao ano e término em maio de 2022.

Programa Luz no Campo – ECF nº 1.975/2000 no valor de R\$25,6 milhões, com recursos para financiamento do Programa de Eletrificação Rural que integra o Programa Luz no Campo 1ª etapa, com juros de 6% ao ano, com amortização em 120 parcelas e término em julho de 2012. ECF nº 2.162/2002 no valor de R\$1.500 relativo à 2ª etapa, com juros de 6% ao ano, com amortização em 120 parcelas e término em junho de 2015.

Programa Luz para Todos – Empréstimos tomados para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz para Todos”, instituído pelo Decreto nº4.873, de 11/11/2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás, com recursos originários da Reserva Global de Reversão - RGR. A amortização do contrato será em 120 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a última parcela em março/2022, com taxas de juros de 5% a.a.

Em agosto/2011 houve liberação da 1ª parcela do contrato ECF nº 2.943/2011, provindo dos recursos da RGR e trata do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente. A amortização do contrato será em 60 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a última parcela em setembro/2018, com taxas de juros de 5% a.a.

Banco do Brasil - FCO – contrato assinado em novembro de 2001, para financiamentos de obras com recursos do FCO - Fundo Constitucional do Centro Oeste, através do Banco do Brasil, sendo liberado R\$30,0 milhões a ser amortizado em 108 parcelas mensais iguais consecutivas, com juros de 11,1987% ao ano e término em novembro de 2013, com garantias da receita de arrecadação e aval da controladora.

Tesouro nacional:

Banco do Brasil S.A. – reestruturação da dívida externa, com garantias do Tesouro Nacional, contratos assinados em março/1997 com taxas de juros pré que variam de 6,2% a 8,2% a.a. e taxas que variam de 0,81% a 0,88% a.a. mais taxa Libor semestral e variação cambial, com amortização semestral, e a data do último vencimento será em abril/2024, com garantias de aval do Governo do Estado, receita própria e depósito caução de parte da dívida, atualizado mediante aplicação da média ponderada das variações dos preços dos “Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América” (“US\$ Treasury Zero Coupon Bond”) cujo saldo em 31/12/2011 era de R\$6,9 milhões.

iii. Grau de Subordinação entre as dívidas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo do endividamento financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R\$657,8 milhões, assim segmentados: (i) R\$178,3 milhões ou 27,1% de garantias reais por meio de recebíveis; (ii) R\$466,4 milhões ou 70,9% de garantias reais por meio de recebíveis e por aval dos Acionistas Controladores, Rede Energia S.A. e Rede Power do Brasil S.A. ("Rede Power"); e (iii) R\$13,1 milhões ou 2,0% de garantias reais. O grau de subordinação das dívidas, em relação às suas garantias, será sempre real, fluante e quirográfica, excetuando-se outras legalmente previstas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Bradesco

A Companhia deve Manter o seguinte índice financeiro:

- Dívida líquida financeira / EBITDA³ – tem que ser igual ou inferior a 4,0x

BNDES

A Companhia deve Manter o seguinte índice financeiro:

- Dívida financeira bruta / (Dívida financeira bruta + Patrimônio líquido) – tem que ser igual ou inferior a 0.7x durante os anos de 2006 e 2007.

- EBITDA / Dívida financeira bruta – tem que ser igual ou superior a 0.22x

- EBITDA / Despesa financeira bruta - tem que ser igual ou superior a 1,3x

A partir de dezembro de 2007 e até o final da liquidação do financiamento os seguintes índices financeiros:

Dívida financeira bruta / (Dívida financeira bruta + Patrimônio líquido) – tem que ser igual ou inferior a 0.65x a partir de 2008.

- EBITDA / Dívida financeira bruta – tem que ser igual ou superior a 0.26x

- EBITDA / Despesa financeira bruta - tem que ser igual ou superior a 1,5x

HSBC

- Endividamento Líquido Financeiro / EBITDA – tem que ser igual ou menor a 3,0x

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos já contratos foram integralmente utilizados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Principais Alterações nas Contas de Resultado

Análise dos Resultados Financeiros do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2011 comparados com Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2010

³ O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculado pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da ENERSUL apresentou um aumento de 16,7%, passando de R\$1.631,3 milhões em 2010 para R\$1.903,7 milhões em 2011. A receita operacional líquida do exercício de 2011 foi de R\$1.334,6 milhões, representando um aumento de 15,3% em relação a receita verificada em 2010. Esse incremento foi influenciado principalmente pelo crescimento do mercado consumidor em 6,5%, redução das perdas e o efeito do reajuste tarifário médio de 12,33% homologado pela ANEEL a partir de abril de 2011.

Custo do Serviço

O custo do serviço, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão, totalizou R\$577,6 milhões em 2011, o que representa um acréscimo de 8,3% em relação aos R\$533,5 milhões de 2010, devido ao aumento da demanda e aumento do preço médio de compra de energia elétrica em 3,0%.

Custo da Operação

O custo da operação foi de R\$360,4 milhões em 2011 e R\$356,9 milhões em 2010, representando um aumento de 1,0%. Retirando-se o efeito do custo de construção - que não afeta o resultado operacional, uma vez que existe uma exata contrapartida na receita, como resultado da adoção ao IFRS - o custo da operação passou de R\$187,3 milhões em 2010 para R\$190,0 milhões, representando um aumento de 1,4%, variação essa, significativamente inferior a inflação do período de 5,10% (IGPM).

Despesas Operacionais

As despesas operacionais somaram R\$109,7 milhões em 2011 e R\$90,0 milhões em 2010, representando um aumento de 21,8%, influenciado principalmente pelo aumento das despesas gerais e administrativas, em especial a rubrica serviços de terceiros, que passou de R\$29,5 milhões em 2010 para R\$38,6 milhões em 2011, em razão de imobilização de custos diretos no valor de R\$11,0 milhões em 2010.

EBITDA

Em consequência dos resultados comentados nos parágrafos anteriores, o EBITDA da companhia aumentou de R\$257,0 milhões em 2010 para R\$363,1 milhões em 2011, representando um incremento de 41,2%.

Resultado Líquido

O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$54,4 milhões em 2010 para uma despesa de R\$72,3 milhões em 2011, o que representa uma variação de 32,9% (R\$17,9 milhões), devida principalmente a: (i) variação monetária líquida em moeda estrangeira que passou de uma despesa de R\$1,8 milhões em 2010 para uma despesa de R\$8,0 milhões em 2011, gerando um acréscimo na despesa de R\$6,2 milhões; (ii) ajuste líquido a valor presente que passou de uma receita de R\$3,2 milhões em 2010 para uma despesa de R\$9,0 milhões em 2011, representando uma variação de R\$12,2 milhões; (iii) contratação de operação de swap em 2011, que gerou uma despesa líquida de R\$4,7 milhões; e (iv) encargos de dívida que passou de R\$80,2 milhões em 2010 para R\$87,6 milhões em 2011, gerando uma diferença de R\$7,4 milhões. Essas despesas, portanto, foram parcial e positivamente compensadas pelo (i) ganho de R\$4,3 milhões na renda

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

com aplicações financeiras; e (ii) acréscimo de R\$4,8 milhões na receita de acréscimos moratórios, devido a cobranças em atraso.

Por fim, o lucro líquido do exercício de 2011 foi de R\$151,8 milhões: um aumento de 77,8% em relação ao lucro de R\$85,4 milhões em 2010.

Análise dos Resultados Financeiros do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparados com Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da ENERSUL apresentou um aumento de 10,4%, passando de R\$1.477,1 milhões em 2009 para R\$1.631,3 milhões em 2010. Esse incremento foi influenciado principalmente (i) pelo crescimento do mercado consumidor em 8,8%; (ii) aumento de 1,2% no preço médio de venda de energia ao consumidor final; e (iii) incremento de 38,0% (R\$46,7 milhões) na receita de construção. Vale acrescentar que essa receita de construção é um dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010, e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, uma vez que esses mesmos valores (tanto para 2009 quanto para 2010) aparecem no custo de operação, resultando em efeito zero no EBITDA. Retirando-se portanto os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 7,9%, passando de R\$1.354,2 milhões em 2009 para R\$1.461,7 milhões em 2010.

Custo do Serviço

O custo do serviço, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão e distribuição, totalizou R\$533,5 milhões em 2010, o que representa um acréscimo de 14,0% em relação aos R\$468,1 milhões de 2009, devido ao aumento da demanda e de 9,7% no preço médio de compra.

Custo da Operação

O custo da operação foi de R\$356,9 milhões em 2010 e R\$299,1 milhões em 2009, representando um aumento de 19,3%. Retirando-se portanto o efeito do custo de construção, o aumento do custo de operação seria de 5,9%, passando de R\$176,2 milhões em 2009 para R\$186,6 milhões em 2010. O item que mais influenciou essa variação foi pessoal, com um aumento de 6,6% (R\$3,2 milhões). Esse percentual foi inferior ao crescimento da receita operacional e inferior a inflação de 11,3%, medida pelo IGP-M, em 2010.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais somaram R\$90,0 milhões em 2010 e R\$57,0 milhões em 2009, representando um aumento de 57,9%. Esse percentual foi basicamente influenciado por ajustes nas despesas com vendas, em 2009, decorrentes das alterações dos critérios de mensuração da antiga provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), agora denominada de perda no valor recuperável.

EBITDA

O EBITDA da companhia, calculado a partir do resultado do serviço acrescido da amortização, depreciação e despesas decorrentes das perdas na alienação e desativação de bens e direitos,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

passou de R\$293,7 milhões em 2009 para R\$257,0 milhões em 2010, representando um decréscimo de 12,5% ou R\$36,7 milhões. A conciliação dessa variação do EBITDA está demonstrada a seguir, por meio das variações dos diversos resultados operacionais que o compõem: (+) R\$108,6 milhões de receita líquida; (-) R\$65,4 milhões de custo do serviço de energia elétrica; (-) R\$84,6 milhões dos custos e despesas operacionais; (+) R\$4,7 milhões de depreciação e amortização.

Resultado Líquido

O lucro líquido do exercício de 2010 foi de R\$85,4 milhões, representando uma redução de 14,8% em relação ao lucro de R\$100,2 milhões de 2009, influenciado principalmente pela redução do EBITDA e, em menor grau, pelo resultado financeiro que passou de uma despesa de R\$68,9 milhões em 2009 para uma despesa de R\$54,4 milhões em 2010, representando uma variação de 21,0% (R\$14,5 milhões).

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 comparadas com 31 de dezembro de 2010

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2011, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$116,1 milhões, comparados a R\$99,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento de 16,6% ocorreu principalmente devido ao montante de R\$108,6 milhões mantidos em aplicações financeiras que será destinado para o capital de giro da Companhia.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta consumidores foi de R\$314,1 milhões, comparados com R\$250,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. O aumento de 25,5% (R\$63,9 milhões) foi principalmente devido ao aumento do faturamento e transferência dos saldos de clientes, do longo para o curto prazo. O saldo da perda no valor recuperável foi em 31 de dezembro de 2011, de R\$38,5 milhões, comparados com R\$40,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução pouco significativa de 5,2% (R\$2,1 milhões) referente a realização de perdas no período.

Tributos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2011, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondem a R\$29,5 milhões, comparado a R\$22,7 milhões de 31 de dezembro de 2010, representando também um aumento de 30,0% (R\$6,8 milhões) ocorreu principalmente devido ao aumento dos saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados na declaração de ajuste anual e o aumento do valor de ICMS a compensar na aquisição de bens do ativo imobilizado. que será compensado em até 48 meses.

Ativo Realizável a Longo Prazo

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de consumidores foi de R\$38,6 milhões, comparados aos R\$18,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. O aumento de 107,5% (R\$20,0 milhões) ocorreu principalmente em virtude de parcelamento com consumidores da classe comercial, além das transferências dos saldos de cliente, do longo para o curto prazo.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, nosso realizável em longo prazo contabilizou R\$11,6 milhões referentes ao saldo a receber de empresas relacionadas, comparados aos R\$22,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal redução de 94,8% (R\$11,0 milhões) ocorreu basicamente pelo recebimento da companhia relacionada Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA.

Créditos Tributários Diferidos

Em 31 de dezembro de 2011, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$206,0 milhões, comparados aos R\$228,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal diminuição de 9,9% (R\$22,7 milhões) foi decorrente da apuração dos prejuízos fiscais e base negativa para realização dos lucros futuros.

Ativo Intangível e Financeiro

O saldo do ativo intangível e financeiro atingiu R\$977,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 7,1% (R\$65,1 milhões) em relação aos R\$912,8 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu, principalmente, em virtude do aumento de R\$24,7 no ativo financeiro, que é a parte do imobilizado que não será amortizada durante o período da concessão e R\$40,3 referente aos Investimentos em Expansão e Melhoria do Sistema (Linhas, redes e subestações) no exercício de 2011.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de fornecedores era de R\$120,6 milhões, comparados aos R\$103,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 17,0% (R\$17,5 milhões). Tal aumento foi decorrente principalmente de 11,8% (R\$6,8 milhões) de suprimentos de energia elétrica e 63,1% (R\$19,7 milhões) de materiais e serviços compensados pela redução de 75,0% (R\$9,0 milhões) nos encargos de uso da rede elétrica.

Obrigações Fiscais

Nossos impostos e contribuições sociais a recolher totalizaram R\$80,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$45,8 milhões em dezembro de 2010, representando um aumento de 76,4% (R\$35,0 milhões). Esse aumento foi principalmente devido ao aumento do faturamento, o que acarretou em um incremento de R\$8,4 milhões no ICMS, R\$8,6 referente a parcelamento ordinário em 31/03/2011 de débitos de Pis e COFINS referente ao período de outubro/2010 à fevereiro/2011 a ser pago em 60 parcelas mensais atualizadas pela Selic e também R\$14,1 milhões referente a Imposto de Renda e Contribuição Social referente ao exercício de 2011.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Nossos dividendos e juros sobre capital próprio totalizaram R\$21,7 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$8,5 milhões em dezembro de 2010, representando um aumento de 155,3% (R\$13,2 milhões). Esse montante de 2011 refere-se principalmente ao saldo dos dividendos intercalares deliberados na Reunião da Diretoria de 21/1/2011 e 27/12/2011.

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Nossos empréstimos, financiamentos e encargos totalizaram R\$111,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$90,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 22,4% (R\$20,3 milhões). Tal aumento ocorreu devido principalmente ao aumento do capital de giro em R\$19,5 milhões.

Obrigações do Programa de Eficiência Energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). Em 31 de dezembro de 2011 esta rubrica totalizava R\$39,1 milhões, 8,0% superior ao saldo de R\$36,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento de R\$2,9 milhões ocorreu devido às apropriações do período.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Obrigações Fiscais

Nossos impostos e contribuições sociais a recolher totalizaram R\$27,3 milhões em 31 de dezembro de 2011 valor referente a parcelamento ordinário em 31/03/2011 de débitos de Pis e COFINS do período de outubro/2010 à fevereiro/2011 a ser pago em 60 parcelas mensais atualizadas pela Selic e também R\$14,1 milhões referente a Imposto de Renda e Contribuição Social referente ao exercício de 2011.

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Nossos empréstimos, financiamentos e encargos em longo prazo totalizaram R\$546,9 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$555,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 1,5% (R\$8,1 milhões). Tal redução foi influenciada principalmente pela redução dos Investimentos em R\$3,3 milhões e redução de R\$5,4 milhões no saldo com a Eletrobrás (IRD, Universalização e Luz Para Todos).

Provisões para Contingência

Em 31 de dezembro de 2010, nossas provisões para passivos contingentes totalizaram R\$65,0 milhões, comparados aos R\$66,0 milhões de 31 de dezembro de 2010. Tal redução de 1,5% (R\$1,0 milhão) ocorreu substancialmente em decorrência da redução de R\$1,2 milhão nas provisões para ações de natureza trabalhista.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2011 o patrimônio líquido foi de R\$788,2 milhões, comparados aos R\$777,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento de R\$10,6 milhões ou 1,4% foi devido ao aumento nas reservas de lucros de R\$7,6 milhões de reserva legal e R\$3,0 milhões de retenção de lucros.

Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 comparadas com 31 de dezembro de 2009

Ativo Circulante

Numerário Disponível e Aplicações No Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2010, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$99,6 milhões, comparados a R\$104,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal diminuição de 4,5% ocorreu principalmente em decorrência da continuidade dos desembolsos para investimento em expansão e manutenção da rede, bem como programa de Universalização e redução de perdas.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta consumidores foi de R\$290,8 milhões, comparados com R\$267,0 milhões em 31 de dezembro de 2009. O aumento de 8,9% (R\$23,8 milhões) foi principalmente devido ao aumento do faturamento em 6,3% e transferência dos saldos de clientes das classes de serviços públicos, do longo para o curto prazo.

O saldo do valor recuperável em 31 de dezembro de 2010, foi de R\$40,6 milhões, comparados com R\$41,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução pouco significativa de 1,6% (R\$0,6 milhão) e sem qualquer evento relevante que mereça destaque.

Tributos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2010, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar corresponde a R\$22,7 milhões, comparado a R\$22,6 milhões de 31 de dezembro de 2009, representando também uma redução pouco significativa de 0,4% (R\$0,1 milhão) e sem qualquer evento relevante que mereça destaque.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de consumidores foi de R\$18,6 milhões, comparados aos R\$31,6 milhões em 31 de dezembro de 2009. A redução de 41,0% (R\$13,0 milhões) ocorreu em virtude da transferência de saldos de consumidores das classes de serviços públicos para o curto prazo.

Empresas Relacionadas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2010, nosso realizável em longo prazo contabilizou R\$22,6 milhões referentes ao saldo a receber de empresas relacionadas, comparados aos R\$40,2 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal redução de 43,8% (R\$17,6 milhões) ocorreu basicamente pelo recebimento de R\$14,9 milhões da companhia relacionada Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT e R\$1,5 milhão da relacionada Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE.

Créditos Tributários Diferidos

Em 31 de dezembro de 2010, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$228,7 milhões, comparados aos R\$259,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal diminuição de 11,8% (R\$30,6 milhões) foi decorrente da utilização de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social com os impostos a pagar sobre o resultado do exercício.

Ativo Intangível e Financeiro

O saldo do ativo intangível e financeiro atingiu R\$912,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 2,9% (R\$25,3 milhões) em relação aos R\$887,5 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento decorreu, principalmente, em virtude do aumento de R\$17,6 no ativo financeiro, que é a parte do imobilizado que não será amortizada durante o período da concessão, devido às adições do período.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de fornecedores era de R\$103,1 milhões, comparados aos R\$104,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução pouco significativa de 1,0% (R\$1,1 milhão), não havendo evento relevante a ser destacado.

Impostos e Contribuições Sociais

Nossos impostos e contribuições sociais a recolher totalizaram R\$45,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$29,7 milhões em dezembro de 2009, representando um aumento de 53,9% (R\$16,1 milhões). Esse aumento foi principalmente devido ao aumento do faturamento, o que acarretou em um incremento de R\$3,2 milhões no ICMS, R\$1,9 milhão no PIS, R\$9,0 milhões no COFINS, e também R\$1,5 milhão referente ao IRRF sobre juros sobre capital próprio.

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Nossos empréstimos, financiamentos e encargos totalizaram R\$90,7 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$29,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 64,9% (R\$35,7 milhões). Tal aumento ocorreu devido a: (i) aumento do capital de giro em R\$33,3 milhões, e (ii) aumento de saldo com Eletrobrás em R\$1,9 milhão, referente a investimentos, tais como IRD (Instrumento de Reconhecimento de Débito), Programa Luz Para Todos e Universalização.

Obrigações do Programa de Eficiência Energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

e Energia (MME). Em 31 de dezembro de 2010 esta rubrica totalizava R\$36,2 milhões, 23,9% superior ao saldo de R\$29,2 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de R\$3,0 milhões ocorreu devido às apropriações do período.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Nossos empréstimos, financiamentos e encargos em longo prazo totalizaram R\$555,0 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$621,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de 10,6% (R\$66,0 milhões). Tal redução foi influenciada principalmente pela redução do capital de giro em R\$70,0 milhões e aumento de R\$10,8 milhões no saldo com a Eletrobrás (IRD, Universalização e Luz Para Todos).

Provisões para Contingência

Em 31 de dezembro de 2010, nossas provisões para passivos contingentes totalizaram R\$66,0 milhões, comparados aos R\$74,6 milhões de 31 de dezembro de 2009. Tal redução de 11,5% (R\$8,6 milhões) ocorreu substancialmente em decorrência da redução de R\$6,5 milhões nas provisões para ações de natureza trabalhista e redução de R\$2,2 milhões nas ações de natureza cível.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2010 o patrimônio líquido foi de R\$777,6 milhões, comparados aos R\$660,2 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de R\$117,4 milhões ou 17,8% foi devido ao aumento de R\$70,1 milhões no capital social da companhia, em virtude de capitalização pela Rede Energia S.A., com recursos oriundos do Fundo FI-FGTS, capitalizados na Empresa de Energia Elétrica Vale Paranapanema S.A., empresa holding que controla a Rede Energia S.A.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da ENERSUL é, em sua maior parte, oriunda da venda de energia elétrica aos consumidores finais no Estado de Mato Grosso do Sul, que por sua vez são subdivididas em classes de consumo. A seguir faremos uma análise do comportamento dessas classes em 2011, em comparação a 2010.

A classe residencial apresentou um consumo de 1.253 GWh em 2011 e 1.174 GWh em 2010, resultando em um aumento de 6,7%, enquanto o número de clientes avançou 4,1%. Verificou-se ainda um aumento no consumo médio residencial de 3,0%, passando de 152,5 kWh/mês até dezembro de 2010 para 157,1 kWh/mês durante 2011. O resultado desta classe foi apoiado pela manutenção do patamar de criação de empregos de 2010 em 2011, o dobro do de anos anteriores, permitindo uma mudança no perfil de consumo residencial e pela aquisição incentivada de bens duráveis, em especial da linha branca, pelas famílias.

Os clientes cativos da classe industrial consumiram 542 GWh em 2011, contra 532 GWh apresentados no ano anterior, o que implicou em uma evolução de 1,9%. Tal índice foi influenciado pela migração de duas grandes unidades de abate e frigorificação de bovinos para o mercado livre. A Energia Distribuída (incluindo os clientes livres) apresentou avanço de 4,6% em relação ao ano anterior, índice abaixo das expectativas em função do atraso na entrada de quatro grandes clientes.

Em 2011, a classe comercial apresentou um consumo de 857 GWh contra os 776 GWh de 2010, o que representou um acréscimo de 10,4%. As maiores contribuições para este desempenho foram dos setores Comércio Varejista, com participação de 33,6%, que cresceu 14,1% e de Serviços Auxiliares Diversos, com participação de 10,5% e crescimento de 37,3%. A energia distribuída (incluindo os clientes livres) apresentou um acréscimo de 10,6% em relação ao mesmo período anterior.

Na classe rural foi verificado um acréscimo de 5,1% no comparativo com o ano anterior. O consumo apresentado foi de 402,1 GWh, contra 382,5 GWh em 2010. Este crescimento foi apoiado pelo crescimento pulverizado em diversos setores de pequeno porte indicando uma consolidação da política de incremento e aumento de produtividade de pequenas propriedades.

Nas demais classes (serviços públicos, poderes públicos e iluminação pública) houve uma evolução de consumo de 5,8% em relação ao ano anterior com destaque para o incremento do consumo dos poderes públicos de 9,6%. Destaca-se a evolução das renegociações em prol da redução das dívidas dos municípios e do acordo realizado para adimplir o maior hospital do Estado.

Na tabela abaixo é demonstrada as receitas bruta e líquida dos últimos 3 exercícios sociais:

R\$ mil	2011	2010	2009
Receita operacional bruta	1.903.673	1.631.322	1.477.100
Deduções	(569.072)	(474.313)	(468.102)
Receita operacional líquida	1.334.601	1.157.009	1.048.402

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia possui, principalmente, os seguintes fatores:

10.2 - Resultado operacional e financeiro

- Alterações nos custos da Companhia, incluído o preço de energia, embora, alguns custos, como aqueles chamados de não gerenciáveis (encargos setoriais e compra de energia, basicamente), são repassados integralmente para a tarifa, a menos que a contratação de energia ultrapasse 103% da necessidade. Nesse caso, o excedente deverá ser comercializado pela Companhia no mercado *spot*.
- Comportamento do mercado consumidor, que poderá ser influenciado por aumento da renda, elevação ou redução na temperatura, e instalações de novas indústrias na área de concessão da Companhia (ou migração de indústrias para outras regiões do país).
- Alterações nas tarifas de energia decorrentes da revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL;
- Disponibilidade de energia para o atendimento sem restrições ao mercado. Por exemplo, em 2001, a geração de energia não foi suficiente para atendimento da demanda, resultado em racionamento. Na ocasião, as companhias do setor tiveram suas receitas reduzidas entre 20% e 30%;
- Condições econômicas no Brasil em geral e nas áreas de concessão da Companhia;
- Resultados das disputas judiciais e contingências; e
- Variação cambial e de taxa de juros.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em 2 parcelas para fins de sua determinação:

- Parcela A: Compreende os custos “não-gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia.
- Parcela B: Compreende os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital, e também um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis.

O contrato de concessão de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e, prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária:

- Reajuste tarifário anual: Objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia. Representa um ajuste referente as flutuações dos custos da Parcela “A” e a inflação (IGP-M) da Parcela “B” decrescido ou acrescido do Fator “X” (meta de eficiência para o próximo período).
- Revisão tarifária extraordinária: Pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão.
- Revisão tarifária periódica: Objetiva analisar, a cada 5 anos, o equilíbrio financeiro-econômico da concessão. O processo se dá através da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.

A revisão tarifária periódica é aplicável sobre Parcela “B”, tendo seu mecanismo conduzido em 2 etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para coberta dos custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A

10.2 - Resultado operacional e financeiro

segunda etapa consiste no cálculo do Fator "X", que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

(a) Encargo pago mensalmente, no montante anual equivalente a 2,5% dos investimentos efetuados pela Companhia em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitando-se a 3% da receita anual. Tem finalidade principal de prover recursos para reversão/encampação dos serviços de energia elétrica, não se limitando a esses objetivos.

(b) Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.

(c) Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.

(d) Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia.

(e) Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.

(f) Referente à aplicação de 1,3% da receita operacional líquida anual, sendo no mínimo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,30% em eficiência energética no setor elétrico.

(g) Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

(h) Representa à parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados.

(i) É a parcela da receita necessária para promover rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada, as oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores por meio do mecanismo de CVA. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, exceto pela tarifa de compra de energia das quotas de Itaipu que é denominada em dólar, sendo as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não há nesta data, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não Aplicável.

c. Eventos ou operações não usuais

Não Aplicável

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 – Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não há mudança significativa nas práticas contábeis do exercício de 2.011.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

1. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1.1. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas continuamente e quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem:

10.5 - Políticas contábeis críticas

- Provisões;
- Perda no valor recuperável;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Ativo financeiro – bens da concessão;
- Vida útil de ativo intangível;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, inclusive derivativos;
- Passivos contingentes; e
- Planos de pensão.

1.2. Gestão do capital

A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de proteger a sua capacidade operacional, mantendo uma estrutura de capital que possa oferecer o maior retorno possível aos seus acionistas, no entanto sem que isto a onere.

Similar a outras Companhias do mercado, a Companhia monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde a dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

Informações pertinentes aos riscos inerentes a operação da Companhia e a utilização de instrumentos financeiros para dirimir esses riscos, bem como as políticas e riscos relacionados aos instrumentos financeiros, estão descritos na nota explicativa nº 22.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos financeiros:

a. Reconhecimento e Mensuração: A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, somados aos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, pelo custo ou pelo custo amortizado, quando esses instrumentos financeiros são classificados de acordo com sua data de liquidação (mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis).

b. Classificação: A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) Mantidos até o vencimento e (iii) Empréstimos e recebíveis.

10.5 - Políticas contábeis críticas

i. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Os derivativos também são caracterizados como mantidos para negociação, a menos que tenha sido designado como instrumento de proteção (*hedge*);

ii. Mantidos até o vencimento: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

iii. Empréstimos e recebíveis: são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo.

c. Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de *impairment* para esses instrumentos financeiros.

Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

Consumidores: Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE

Perda no valor recuperável (*impairment*): Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e quando um evento subsequente indica reversão da perda, a diminuição é revertida e registrada no resultado.

a. Ativos financeiros: Constituída após avaliação sobre a existência de evidência objetiva acerca da possibilidade de perda no valor recuperável de recebíveis. Tal evidência é advinda de eventos ocorridos após o reconhecimento do ativo que afetem o fluxo de caixa futuro estimado, tendo como base a experiência da Administração. A análise sobre a evidência é feita individualmente para casos mais significativos e coletivamente para os demais casos.

b. Ativos não financeiros: Todo final de período a Companhia avalia se existem evidências objetivas de que os ativos da concessão, estejam desvalorizados, sendo levado em conta fatores internos e externos. Caso existam evidências, o teste de recuperabilidade econômica é realizado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e, ainda os não disponíveis para uso são testados anualmente, sempre na mesma data, independente da existência de evidências.

A Companhia utiliza o valor em uso como métrica de cálculo do valor recuperável, pois em sua maioria, os testes de recuperabilidade são realizados no nível de concessão, onde esta representa a menor unidade geradora de caixa. As projeções do fluxo de caixa se baseiam nos orçamentos e planos de negócios aprovadas pela Companhia para um período de 5 anos, posteriormente são utilizadas taxas constantes. A taxa de desconto utilizada é 12,81%, que representa o WACC real setorial.

Ajuste a Valor Presente: Os ativos e passivos de longo prazo, bem como, os de curto prazo caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com as rubricas "Consumidores" e "Tributos a Recuperar". As taxas de descontos refletem as taxas

10.5 - Políticas contábeis críticas

utilizadas para riscos e prazos semelhantes aos utilizados pelo mercado, equivalente a 12,81%, que representa o WACC real setorial.

Estoque (inclusive do ativo intangível em curso): Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.

Investimentos: Inclui propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da concessão, mantidos para valorização ou renda. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Intangível: Incluem o direito de uso dos bens integrantes dos contratos de concessão até o final da concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos bens em relação aos benefícios econômicos esperados dentro do prazo da concessão, e é reconhecida na rubrica de Custo de Operação e Despesas Operacionais.

Contratos de concessão: Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens que compõem a concessão limitados ao final da concessão. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração. A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a depreciação regulatória dos bens individuais. Os ativos intangíveis dos contratos de concessões têm o seu valor testado para perda de recuperabilidade econômica, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. O ativo financeiro refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências ao longo do prazo de concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica: Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante, e estão sendo apresentadas como dedução do Ativo Financeiro e Ativo Intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras.

Subvenção e assistência governamental: A partir de 1/1/2008, as subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados a Reserva de Incentivos Fiscais. Atualmente a Companhia não possui subvenções e assistências governamentais.

Arrendamento mercantil: Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Quando o arrendamento é classificado como operacional, ou seja, seus riscos e benefícios não são

10.5 - Políticas contábeis críticas

transferidos, os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Empréstimos e financiamentos: Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos/financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia firmou contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Os referidos contratos derivativos são contabilizados pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio de resultados. Os diferenciais a receber e a pagar referentes aos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados em contas patrimoniais de “Operações de *swap*” e o resultado apurado na conta “Receitas e Despesas Financeiras” (resultado) e/ou intangível em curso (quando da construção do intangível operacional da concessão). Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função do valor justo desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia são, em sua maioria, com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza. A Companhia não tem contratos derivativos com fins especulativos.

Custo de empréstimos: Compreendem os juros e outros custos incorridos em conexão com empréstimos de recursos para aquisição, construção ou produção de um ativo, que leve um período substancial de tempo para ficar pronto para seu uso pretendido. Esses custos começam a ser capitalizados quando a Companhia incorre em gastos, custos de empréstimos e as atividades de construção estejam iniciadas, cessando quando substancialmente todas as atividades necessárias estiverem completas. Para empréstimos específicos, o montante capitalizado é o efetivamente incorrido sobre tais empréstimos durante o período, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos mesmos. Para empréstimos genéricos, aplica-se a taxa ponderada dos respectivos custos sobre o saldo vigente, aplicando esta taxa sobre o valor do ativo em construção, sendo esta capitalização limitada ao valor recuperável do ativo.

Provisões para contingências: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

Outros direitos e obrigações: Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos a variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão

10.5 - Políticas contábeis críticas

atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou, o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

De acordo com o art. 15 da Lei 11.941/2009, que institui o Regime Tributário de Transição ("RTT") de apuração do Lucro Real, a Companhia considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, por meio do envio da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ 2009, relativo ao ano-calendário de 2008. A partir do ano-calendário de 2010, a adoção ao RTT passou a ser obrigatória.

Plano de aposentadoria e pensão: A Companhia possui plano de aposentadoria e pensão, sendo este contabilizado conforme sua classificação, contribuição definida ou benefício definido. O plano de contribuição definida é aquele que a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada, não tendo a obrigação legal ou não formalizada de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. Já o de benefício definido compreende todos os planos que não sejam classificados como contribuição definida.

A contribuição da Companhia para o plano de contribuição definida é reconhecida na demonstração do resultado como custo e/ou despesa com pessoal, sendo que nenhum ativo ou passivo é reconhecido.

O plano de benefício definido tem sua contabilização baseada em avaliações atuárias sendo o valor presente das obrigações calculado pelo Método Unitário Projetado. A Companhia se utiliza de atuários qualificados independentes anualmente.

Receita líquida de vendas: As receitas de fornecimento de energia elétrica são mensuradas com base no regime de competência, sendo reconhecida no momento em que os riscos e benefícios são transferidos, ou seja, no momento da entrega da energia. Assim, inclui a quantificação estimada do fornecimento de energia elétrica da última medição (emissão fatura) até o encerramento das demonstrações financeiras.

Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica: As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Receita e custo de construção: O custo de construção das obras relativas a distribuição de energia elétrica, é baseado na percentagem completada da obra, sendo determinada com base nos custos incorridos até a data. Não existe margem de lucro, assim a receita de construção é igual ao custo de construção.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

Informações sobre quantidade de ações e resultado por ação: O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício (o numerador) pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas, menos as mantidas em tesouraria (denominador).

Demonstrações de valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, emendas e interpretações IFRSs emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2011, sendo elas:

- Emenda da IAS 01 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC 26 - R1): Conceitos e forma de apresentação dos resultados abrangentes. Vigência 1/7/2012;
- Emenda da IAS 12 – Tributos sobre o lucro (CPC 32): Recuperação de ativos mensurados pelo valor justo. Vigência 1/1/2012;
- Emenda da IAS 19 – Benefícios a empregados (CPC 33): Ganhos e perdas atuariais imediatamente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Vigência 1/1/2013;
- Emenda da IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (CPC 36 - R2): Estabelece a contabilização e divulgação de investimentos em subsidiárias, *joint ventures*, e coligadas quando uma entidade optar, ou for exigida pelos regulamentos locais, apresentar demonstrações financeiras separadas. Vigência em 1/1/2013;
- Emenda da IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada (CPC 18): Prescreve a contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial quando contabilização de investimentos em coligadas e *joint ventures*. Vigência 1/1/2013;
- Emenda da IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação (CPC 39): Apresentar requerimentos para compensação de ativos financeiros e passivos financeiros. Vigência 1/1/2014;
- Emenda da IFRS 7 (emitida em outubro/2010) – Instrumentos financeiros: Evidenciação (CPC 40): Divulgação das informações que permitam aos usuários entender a relação entre os ativos financeiros transferidos que não são desreconhecidos na sua totalidade e os passivos associados e avaliar a natureza e os riscos associados com o envolvimento contínuo da entidade com o ativo financeiro desreconhecido. Vigência 1/7/2011;
- Emenda da IFRS 7 (emitida em dezembro/2011) – Instrumentos financeiros: Evidenciação (CPC 40): Estabelece novas divulgações a respeito de compensação de saldos de ativos e passivos financeiros. Vigência 1/1/2013;

10.5 - Políticas contábeis críticas

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38): Mantém mas simplifica o modelo de mensuração mista e estabelece duas categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. Vigência 1/1/2015;
- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas: Modelo único a ser aplicado na análise de controle para todas as investidas. Vigência 1/1/2013;
- IFRS 11 – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto: É extraído da IAS 31 (CPC 19) as entidades controladas em conjunto, em que, embora haja veículos separados, essa separação não é efetiva por alguma razão; e, as entidades que não se enquadrem como uma operação conjunta, deverão ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não é mais permitida a consolidação proporcional. Vigência 1/1/2013;
- IFRS 12 – Divulgação de investimentos em outras entidades: Requerimentos de divulgação para entidades que possuem participações em subsidiárias, *joint arrangements*, coligadas e/ou entidades não consolidadas. Vigência 1/1/2013;
- IFRS 13 – Mensuração do valor justo: Estabelece critérios de mensuração e divulgação do valor justo quando for requerido ou permitido por outros IFRS. Vigência 1/1/2013;

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos ou revisões equivalentes às IFRS/IAS acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada a aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

Reclassificações e correções: Algumas reclassificações e correções foram efetuadas para melhor apresentação das demonstrações financeiras comparativas, conforme o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Demonstrações dos resultados abrangentes: As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo divulgadas, uma vez que a Companhia não apurou transações que envolvam registros em outros resultados abrangentes que impactam o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6 – Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando a melhoria contínua de seus processos.

b. Deficiências e recomendações sobre controles internos presentes no relatório do auditor independente

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, relativos aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, foram elaborados relatórios de controles internos com algumas recomendações, as quais não representaram nenhum comprometimento no desenvolvimento das atividades da Enersul. Estas recomendações foram discutidas com os auditores, e quando aplicáveis, foram adotadas como procedimentos de aperfeiçoamento dos controles da Companhia.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

A Companhia não fez nenhuma oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

Não aplicável.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

Não aplicável.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Não aplicável.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não Aplicável

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não Aplicável

b. Natureza e o propósito da operação

Não Aplicável

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não Aplicável

10.10 - Plano de negócios

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O quadro abaixo demonstra os investimentos realizados nos últimos 3 anos pela ENERSUL:

R\$ mil	2.011	2.010	2.009
Programa Luz Para Todos/Universalização	41.926	54.525	29.958
Telecomunicações/Informática/Infraestrutura	34.831	15.740	23.517
Redução de Perdas	9.864	4.733	9.623
Expansão, Manutenção e Melhorias no Sistema	82.440	98.751	67.360
Total	169.061	173.749	130.458

Os programas atualmente em andamento estão relacionados a seguir:

PROGRAMA LUZ PARA TODOS ("LPT") e PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO: em 2011, 2010 e 2009 a companhia investiu R\$41,9, R\$54,5 e R\$29,9 milhões respectivamente no LPT e UNIVERSALIZAÇÃO, cuja principal característica é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estado e Fonte Própria.

TELECOMUNICAÇÕES / INFORMÁTICA / INFRA-ESTRUTURA: Para atendimento as necessidade de apoio ao negócio da empresa, em 2011, 2010 e 2009 foram investidos R\$34,8, R\$15,7 e R\$23,5 milhões, em projetos de telecomunicação, informática e infra estrutura. Destacam-se os investimentos realizados para a implementação de sistema de despacho inteligente e unificado, técnico e comercial, com controle on-line das equipes quanto ao tipo de serviço a ser executado, podendo ser alterada a rotina de trabalho, de acordo com as necessidades, bem como aqueles realizados na renovação da frota, cuja idade média, em 2011, passou a ser de 3,4 anos, contra os 4,6 anos observados em 2010.

PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS: são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e comerciais. Em 2011, 2010 e 2009 foram investidos R\$9,9, R\$4,7 e R\$9,6 milhões respectivamente.

MANUTENÇÃO e MELHORIAS NO SISTEMA são investimentos vegetativos, feitos com caixa próprios, destinados a manutenção, ampliação e melhorias no sistema elétrico, totalizaram R\$82,4, R\$98,8 e R\$67,4 milhões em 2011, 2010 e 2009 respectivamente. Destaca-se a implementação de recomposição automática em linhas de distribuição 34,5kV, que permitem executar a alimentação alternativa de subestações sem intervenção do Operador, passando, em 2011, a beneficiar diretamente as áreas urbanas de 9 municípios da área de concessão. Observa-se ainda o programa de remanejamento de transformadores de força, a fim de adequar seus carregamentos, com base nas projeções de crescimento e aumento de carga, com o menor impacto possível nos investimentos. Em 2011, a ENERSUL economizou R\$1,9 milhão em um total de 8 subestações.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os recursos para Programa Luz Para Todos são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estados e Fonte Própria. Os programas de interligação, como o caso da Ilha do Marajó, possui fonte integralmente subsidiada (sub-rogação CCC) e os demais programas, como telecomunicações, informática, infraestrutura, redução de perdas, expansão e melhorias no sistema, tem como fonte o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bancos privados, BNDES e fonte própria.

10.10 - Plano de negócios

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há qualquer aquisição em vista que influenciará materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

PESQUISA & DESENVOLVIMENTO: a Controladas da Companhia investiram em 2011, 2010 e 2009 ainda R\$11,8, R\$9,6 e R\$9,3 milhões respectivamente, em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são compostos pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Implantação do Programa Evoluir a partir do primeiro semestre de 2009. Esse Programa tem por objetivo a integração das diversas iniciativas da Companhia e suas controladas, por meio de um único programa de transformação da gestão e operação. O objetivo é promover mais transparência e agilidade na tomada de decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento da Companhia, suas Controladas e colaboradores. O Programa é subdividido em sete projetos:

1. CSC – Centro de Serviços Compartilhados, já implementado, que visa a uniformização dos processos contábeis, fiscais e financeiros;
2. EPC – Estruturação do Processo de Cobrança, cujo objetivo é a criação de uma área de cobrança corporativa, responsável pela elaboração de estratégias, implementação de melhorias, definição das políticas, normas e gestão de indicadores;
3. EOE – Estruturação da Operação de Engenharia, que pretende melhorar a eficiência da área operacional, a partir do aprimoramento das estruturas de engenharia e distribuição das controladas pela Companhia;
4. MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, que visa o atendimento às exigências do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, por meio da atualização e manutenção do cadastro técnico, operacional e patrimonial;
5. PRODIST – Procedimentos de Distribuição, que tem por finalidade a adequação dos procedimentos, com o objetivo de atender as determinações da ANEEL;
6. Criação de um novo CALL CENTER, visando o aumento da qualidade do atendimento; e

10.10 - Plano de negócios

Implantação do sistema SAP, com o objetivo de modernizar as ferramentas de gestão empresarial.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem novos produtos ou serviços em desenvolvimento.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11. PROJEÇÕES

A Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

11.1 Projeções e Estimativas

a) objeto da projeção

Não aplicável.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais ao seu controle

Não aplicável.

d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2 Projeções sobre os últimos 3 exercícios sociais

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas

Não aplicável.

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA COMPANHIA, CONFORME ESTABELECIDO NO SEU ESTATUTO SOCIAL E REGIMENTO INTERNO:

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social.

a) Atribuições de cada órgão e comitê.

Compete à Diretoria:

A administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo Estatuto Social atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, de acordo com a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social.

Compete ao Conselho de Administração:

- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- eleger e destituir a Diretoria da Companhia, fixando as atribuições dos seus membros, observadas as disposições aplicáveis do Estatuto Social;
- fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;
- convocar a Assembléia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembléia Geral Ordinária;
- autorizar as operações que individualmente envolvam bens, obrigações, prestação de garantias ou avais, constituição de ônus reais sobre bens do ativo, empréstimos, contratos de financiamento e outros negócios jurídicos que representem valores substanciais, assim entendidos aqueles que ultrapassem 5% (cinco por cento) do total de ativos, bem como as alienações de imóveis da Companhia e a realização de investimentos em valores superiores aos limites pré-fixados nos orçamentos de cada exercício;
- deliberar sobre a negociação das próprias ações pela Companhia, nos casos permitidos pela legislação;
- escolher e destituir auditores independentes; (i) deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria;
- submeter à Assembléia Geral propostas de aumento de capital, bem como de reforma do Estatuto Social;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- deliberar sobre a emissão, colocação, preço e condições de integralização de ações, debêntures conversíveis e bônus de subscrição;
- deliberar sobre a oportunidade da emissão de debêntures, o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures a serem emitidas, a época, as condições de pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso das debêntures, se houver, bem como a época e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures;
- aprovar os planos de negócios e orçamentos anuais e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia;
- autorizar a emissão de títulos de dívida no mercado internacional e nacional e de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão; e
- declarar dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital, nos termos da Lei n.º 6.404/76 e das demais disposições legais aplicáveis.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais.

Compete ao Diretor-Presidente:

- dirigir todos os negócios e a administração geral da Companhia e suas controladas, exercer as demais atribuições que lhe foram conferidas pelo Estatuto e pelo Conselho de Administração;
- dirigir a administração das áreas de gestão de pessoas, auditoria e tecnologia da informação;
- a gestão e a orientação da representação da Companhia em suas relações com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e respectivas autoridades, instituições financeiras, entidades de classe e terceiros, respeitado o disposto no Estatuto;
- convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas no Estatuto Social;
- definir a repartição de competências dos demais Diretores nas áreas não mencionadas no Estatuto;
- designar seu substituto nas suas ausências e impedimentos;
- dirigir e liderar o desenvolvimento da estratégia corporativa da Companhia;
- dar cumprimento aos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia naquilo que lhe couber;
- guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos;
- supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; e
- zelar pelo cumprimento das regras de Governança Corporativa, das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários.

Compete ao Diretor Vice-Presidente:

- promover a implementação e execução do Plano de Negócios da Companhia;
- definir as políticas de atendimento técnico a consumidores e dos sistemas de medição de energia;
- a gestão, planejamento, operação e manutenção do sistema elétrico de distribuição e gestão comercial da Companhia e de suas controladas, observados os padrões adequados de rentabilidade empresarial e os padrões de qualidade definidos pelo Poder Concedente;
- consolidação do programa de investimentos em distribuição de energia elétrica e seus resultados operacionais; e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- exercer funções específicas que lhe forem atribuídas pelo Diretor Presidente ou pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor Financeiro e Administrativo:

- dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras e administrativas da Companhia e de suas controladas;
- a análise de investimentos e definição dos limites de exposição a risco;
- a propositura e contratação de empréstimos e financiamentos, operações de tesouraria, planejamento e controle financeiro e tributário;
- a gestão e controle das contas bancárias e da aplicação dos recursos financeiros disponíveis no mercado de capitais;
- supervisionar a execução dos orçamentos anuais;
- a projeção e controle de receitas e despesas, custo de serviços, de pessoal e estudos de mercado;
- zelar pelos bens imobiliários da Companhia, providenciando o que for necessário para o seu bom uso e conservação;
- a gestão das atividades inerentes à contabilidade da companhia e de suas controladas;
- controlar a posição patrimonial da Companhia, atendidos os requisitos contábeis, financeiros e legais; e
- exercer funções específicas que lhe forem atribuídas pelo Diretor Presidente ou pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor Operacional:

- gerir a execução de estudos, projetos e obras de atendimento a clientes e dos sistemas de medição de energia;
- gerir os serviços comerciais, a otimização das perdas comerciais e o relacionamento com o Conselho de Consumidores;
- gerir a execução de obras e a manutenção de redes, linhas, subestações e sistemas de comando, controle e proteção definir as políticas de planejamento, operação, manutenção e modernização dos sistemas de energia e de investimentos e efetuar a implantação e padronização dos sistemas de automação, controle, telecomando e proteção;
- definir os projetos de Subestações e Linhas de Transmissão; e
- coordenar a programação e operação dos sistemas de energia e controle da qualidade dos produtos, serviços e funcionamento das instalações da Companhia.

Compete ao Diretor de Regulação:

- a gestão e orientação institucional à Companhia com objetivo de atender às normas e regras do órgão regulador de energia elétrica e à legislação correlata;
- o acompanhamento, análise e divulgação dos atos normativos ligados ao Setor Elétrico Brasileiro;
- a representação da Companhia perante o órgão regulador de energia elétrica;
- a gestão de ativos da companhia e de suas controladas; e
- exercer funções específicas que lhe forem atribuídas pelo Diretor Presidente ou pelo Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Compete aos Diretores Gerentes:

- acompanhar a execução de todos os trabalhos e serviços de interesse da Companhia, aprovados pela Diretoria; e
- colaborar com os demais diretores e exercer funções específicas que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração

Relação com Investidores:

O Conselho de Administração indicará um Diretor eleito para desempenhar a função de Diretor de Relação com Investidores e lhe atribuirá a seguinte competência: (i) planejar, coordenar e orientar o relacionamento e a comunicação entre a Companhia e seus investidores, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia que venham a ser admitidos à negociação; (ii) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia; e (iii) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios, na forma requerida em Lei.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Correio do Estado (Campo Grande) - SP	02/04/2012
		Diário Oficial do Estado - MS	03/04/2012
		Valor Econômico - SP	31/03/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Correio do Estado (Campo Grande) - SP	13/04/2012
		Diário Oficial do Estado - MS	13/04/2012
		Valor Econômico - SP	13/04/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Correio do Estado (Campo Grande) - MS	11/05/2012
		Diário Oficial do Estado - MS	11/05/2012
		Valor Econômico - SP	11/05/2012
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Correio do Estado (Campo Grande) - MS	30/03/2011
		Diário Oficial do Estado - MS	30/03/2011
		Valor Econômico - SP	30/03/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Correio do Estado (Campo Grande) - MS	14/04/2011
		Diário Oficial do Estado - MS	14/04/2011
		Valor Econômico - SP	14/04/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Correio do Estado (Campo Grande) - MS	11/05/2011
		Diário Oficial do Estado - MS	11/05/2011
		Valor Econômico - SP	11/05/2011
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Correio do Estado (Campo Grande) - MS	18/03/2010
		Diário Oficial - MS	18/03/2010
		Valor Econômico - MS	18/03/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Correio do Estado (Campo Grande) - MS	14/04/2010
		Diário Oficial do Estado - MS	14/04/2010
		Valor Econômico - MS	14/04/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Correio do Estado (Campo Grande) - MS	29/04/2010
		Diário Oficial - MS	29/04/2010
		Valor Econômico - MS	29/04/2010

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Márcio Pina Marques	34	Pertence apenas à Diretoria	13/09/2012	Enquanto perdurar a intervenção
847.214.561-15	Advogado	Diretor Jurídico e Regulatório	09/10/2012	Não
Não há.				
Paulo Roberto Zibetti Jorge	65	Pertence apenas à Diretoria	13/09/2012	Enquanto perdurar a intervenção
012.780.530-34	Administrador de empresas	Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores	13/09/2012	Não
Não há.				
Mário Guilherme Romano	64	Pertence apenas à Diretoria	13/09/2012	Enquanto perdurar a intervenção
055.524.437-72	Engenheiro eletricista	Diretor Operacional	13/09/2012	Não
Não há.				
Jerson Kelman	64	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	31/08/2012	Até 1 ano
155.082.937-87	Engenheiro Civil	Interventor	31/08/2012	Não
Interventor				
Vilson Daniel Christofari	70	Conselho Fiscal	15/10/2012	Enquanto perdurar a intervenção
028.789.768-00	Engenheiro Eletricista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	15/10/2012	Não
Sr. Vilson Daniel Christofari nomeado pelo Interventor				
Cezar Antônio Bordin	61	Conselho Fiscal	15/10/2012	Enquanto perdurar a Intervenção
097.284.659-04	Contador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	15/10/2012	Não
Sr. Cezar Antônio Bordin nomeado pelo Interventor				
José Said de Brito	64	Conselho Fiscal	15/10/2012	Enquanto perdurar a Intervenção
212.278.107-68	Contador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	15/10/2012	Não
Sr. José Said de Brito nomeado pelo Interventor				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				

Márcio Pina Marques - 847.214.561-15

Nascido em 01 de junho de 1978, Márcio Pina Marques é advogado formado pelo Centro Universitário de Brasília- Uniceub e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB. Pós-Graduado em Direito Regulatório da Energia Elétrica pela UnB. É membro licenciado da Procuradoria Geral Federal, órgão da Advocacia Geral da União. Atuou como Procurador Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL, de janeiro de 2009 a setembro de 2012. Como Procurador Federal atuou na Procuradoria Geral da ANEEL como Coordenador de Tarifas e Mercado, Coordenador de Concessões, Licitações e Contratos Administrativos e como membro da Coordenadoria de Contencioso Judicial. Foi analista judiciário do Supremo Tribunal Federal, onde atuou como assistente no Gabinete do Ministro Carlos Ayres Britto. Atuou ainda como Assessor Parlamentar do Governo do Rio Grande do Sul e Assistente Técnico no Congresso Nacional. O Sr. Márcio foi nomeado pelo Interventor, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo § 1º do Art. 3º da Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.649/2012, cumprida a determinação contida no § 4º do Art. 2º da mencionada Resolução, conforme Despacho ANEEL nº 2.879/2012.

Paulo Roberto Zibetti Jorge - 012.780.530-34

Nascido em 28 de fevereiro de 1947, o Sr. Paulo é administrador de empresas e foi nomeado pelo Interventor, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo § 1º do Art. 3º da Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.649/2012, cumprida a determinação contida no § 4º do Art. 2º da mencionada Resolução, conforme Despacho ANEEL nº 2.879/2012.

Mário Guilherme Romano - 055.524.437-72

Nascido em 19 de setembro de 2012, o Sr. Mário é engenheiro eletricista e foi nomeado pelo Interventor, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo § 1º do Art. 3º da Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.649/2012, cumprida a determinação contida no § 4º do Art. 2º da mencionada Resolução, conforme Despacho ANEEL nº 2.879/2012.

Jerson Kelman - 155.082.937-87

O Sr. Jerson Kelman foi designado para o exercício da função de interventor na ENERSUL, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.649 de 31 de agosto de 2012.

Vilson Daniel Christofari - 028.789.768-00

Vilson Daniel Christofari, brasileiro, casado, nascido em 20/09/1942, engenheiro eletricista, com endereço comercial na Avenida Gury Marques nº 8000, em Campo Grande/MS.

Cezar Antônio Bordin - 097.284.659-04

Cezar Antônio Bordin, brasileiro, casado, nascido em 13/06/1951, bacharel em ciências contábeis, com endereço comercial na Avenida Gury Marques nº 8000, em Campo Grande/MS.

José Said de Brito - 212.278.107-68

José Said de Brito, brasileiro, casado, nascido em 09/05/1948, bacharel em ciências contábeis, com endereço comercial na Avenida Gury Marques nº 8000, em Campo Grande/MS.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês estatutários ou comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "12".

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. POLÍTICA E PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração:

A prática de remuneração do conselho de administração e da diretoria estatutária, adotada pela Companhia, objetiva atrair e reter profissionais qualificados e com experiência na área de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, bem como, incentivar o cumprimento dos objetivos e metas, proporcionando um alinhamento com os interesses da Companhia.

Leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Para o exercício de 2012, a Companhia propõe o montante global de até R\$5.100.000,00, para a remuneração dos administradores da Companhia, a ser segregado da seguinte forma:

(i) De até R\$ 600.000,00 para o Conselho de Administração, sendo R\$400.000,00 correspondente à remuneração fixa e o valor de R\$ 200.000,00 referentes aos encargos.

(ii) De até R\$ 4.500.000,00 para a Diretoria Executiva, sendo R\$2.400.000,00 correspondente à remuneração fixa, R\$1.100.000,00, correspondente à remuneração variável, R\$200.000,00 referente à benefícios, e o valor de R\$800.000,00 referentes aos encargos.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A Companhia adota um modelo de remuneração composto por: (i) remuneração fixa, composta por honorários mensais aplicáveis à Diretoria e ao Conselho de Administração; (ii) remuneração variável, que é o honorário calculado de acordo com os indicadores de performance individual e da Companhia aplicável aos Diretores Executivos (Estatutários), e, (iii) benefícios, com os quais a Companhia procura atrair e reter os melhores talentos e retribuir a competência de seus administradores, também aplicáveis aos Diretores Executivos (Estatutários). Vide item 13.1 (a).

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração: 11,76% da Remuneração Total.

Diretoria: 88,24% da Remuneração Total

(*) Percentual considera os encargos

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais. O reajuste da remuneração dos membros do Conselho de Administração é feito com base na lei e em práticas de mercado. A proposta de remuneração para a Diretoria Estatutária e seu reajuste baseia-se em práticas de mercado.

A Companhia verifica as práticas de mercado comparando seus indicadores operacionais e desempenho econômico de suas controladas com os números de empresas de mesmo porte e setor, levando em consideração as diferenças regionais do país.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração da Companhia considera as responsabilidades de cada cargo e esta baseada nas práticas de mercado e nos valores pagos para profissionais que exercem funções e cargos equivalentes, visando a retenção dos melhores profissionais.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é fixa e não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável dos Diretores Estatutários é definida com base em metas alinhadas com o plano estratégico da Companhia e performance do negócio. A mensuração está ligada ao resultado econômico da Companhia, como evolução do EBITDA, desempenho operacional apurados nos exercícios sociais, indicadores de qualidade de serviço, tais como, DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor), FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) e redução de perdas comerciais, satisfação dos clientes, Acionistas e colaboradores.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Os honorários do Conselho de Administração são revisados anualmente e definidos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia. Para os Diretores Estatutários, a remuneração variável é baseada em metas quantitativas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

A prática de remuneração dos diretores estatutários está alinhada aos interesses da Companhia, por ser fundamentada por critérios atrelados ao desempenho econômico-financeiro da Companhia definidos pelos indicadores de desempenho, satisfação dos clientes, imagem da Companhia e responsabilidade social.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Alguns Conselheiros e Diretores exercem cargos em empresas relacionadas e sob controle comum, sendo neste caso remunerados por tais atribuições.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2012 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	6,00		13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	400.000,00	2.400.000,00		2.800.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	200.000,00		200.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.100.000,00		1.100.000,00
Participação de resultados	0,00	1.446.850,00		1.446.850,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	400.000,00	5.146.850,00		5.546.850,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	5,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	270.000,00	1.820.000,00		2.090.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	117.288,44		117.288,44
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	805.000,00		805.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	270.000,00	2.742.288,44		3.012.288,44

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	7,00		12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	270.000,00	1.446.580,00		1.716.580,00
Benefícios direto e indireto	0,00	100.000,00		100.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	618.000,00		618.000,00
Participação de resultados	0,00	1.732.960,00		1.732.960,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação		(*) A remuneração prevista para o exercício de 2010, não foi integralmente realizada pois os administradores Carmem Campos Pereira, Jorge Queiroz de Moraes Junior, Cyro Vicente Boccuzzi, José Carlos Santos e Sidney Simonaggio, não receberam remuneração da Companhia.		
Total da remuneração	270.000,00	3.897.540,00		4.167.540,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	6,00		15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	270.000,00	1.892.320,00		2.162.320,00
Benefícios direto e indireto	0,00	33.000,00		33.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	699.360,00		699.360,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	270.000,00	2.624.680,00		2.894.680,00

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

Nº de membros
Valor da maior remuneração(Reais)
Valor da menor remuneração(Reais)
Valor médio da remuneração(Reais)

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DA COMPANHIA REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO:

Exercício de 2009 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	9,40%	90,60%	-

Exercício de 2010 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	6,32%	93,68%	-

Exercício de 2011 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	8,96%	91,04%	-

13.16 - Outras informações relevantes

13.16. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "13".

14.1 - Descrição dos recursos humanos

RECURSOS HUMANOS DA COMPANHIA:

a) Empregados:

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia contava com 994 empregados em período integral.

A tabela a seguir apresenta o número de empregados nas datas indicadas abaixo:

Quadro de Empregados Próprios	Em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
Total.....	994	859	829

Todos os nossos funcionários realizam suas funções no Estado de Mato Grosso do Sul.

b) Terceirizados:

Periodicamente, a Companhia contrata funcionários terceirizados para prover os serviços relacionados à limpeza, segurança, leitura dos medidores, entrega de faturas, serviços de interrupção e religação de serviços de eletricidade, plantão de atendimento e outros serviços administrativos. Nós contratamos 1.277 funcionários terceirizados no período encerrado em 31 de dezembro de 2011, 2.216 em 2010 e 2.304 em 2009. Todos os nossos funcionários terceirizados desempenham suas funções no Estado de Mato Grosso do Sul.

c) Índice de rotatividade:

A média de permanência em serviço dos empregados da Companhia é de, aproximadamente, 15,8 anos. O índice de rotatividade para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 foi de, respectivamente, 1,5%, 1,6% e 4,46%.

d) Exposição a passivos e contingências trabalhistas:

Ver item "4.3" deste Formulário de Referência.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

ALTERAÇÃO RELEVANTE OCORRIDA COM RELAÇÃO AOS NÚMEROS DIVULGADOS NO ITEM 14.1:

Não houve.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA

a) Política de salários e remuneração variável

A Enersul tem o constante desafio de identificar, atrair, desenvolver e reter talentos, por isso adotou um modelo que simplifica a estrutura de cargos na organização, tendo como base as atividades desempenhadas pelos colaboradores e os valores relativos aos cargos, além de estabelecer um equilíbrio interno, de acordo com as referências do mercado.

O Plano de Cargos e Salários reconhece a capacitação profissional e o desempenho de seus colaboradores, focando remunerações consistentes com a responsabilidade do cargo, com base nas descrições de cargos estruturadas dentro da metodologia da Hay Group.

b) Política de benefícios

A Companhia oferece uma série de benefícios para todos os nossos empregados, incluindo seguro saúde e hospitalar, seguro odontológico, reembolso-creche e para despesas de mudança, seguro de vida, seguro saúde complementar, bolsas de estudo, vale alimentação, vale refeição, planos de aposentadoria e previdência privada. Esses benefícios são estabelecidos através de acordo coletivo com o sindicato representante dos empregados.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

A Companhia não tem planos de opção de compra de ações.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 DESCREVER AS RELAÇÕES ENTRE A COMPANHIA E SINDICATOS

Para que o fechamento do acordo coletivo de trabalho aconteça de forma tranqüila e com resultados positivos tanto para a Empresa quanto para os empregados, as negociações de pautas são realizadas em reuniões ao longo do ano antecipadamente à data base.

Outro processo que consiste em negociação são as metas estabelecidas no acordo de participação dos resultados, que para beneficiar os colaboradores e estimulá-los na busca por melhores resultados na Empresa, estabeleceu no último ano o mínimo de dois salários para o mínimo de 85% de atingimento das metas contratadas.

Em conformidade com a CLT, todas as homologações de rescisão de contrato são realizadas na sede do Sindicato. O objetivo é ser claro e transparente explicando os cálculos e valores que envolvem o processo, tratando assim, com respeito o ex-colaborador pelos anos de serviços prestados na Empresa, além de manter o bom relacionamento com o Sindicato.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
REDE POWER DO BRASIL SA						
00.412.685/0001-83	BR	Não	Não	15/12/2010		
	23.243.342.380	39,800000%	0	0,000000%	23.243.342.380	39,800000%
REDE ENERGIA SA						
61.584.140/0001-49	BR	Não	Sim	15/12/2010		
	35.155.269.868	60,100000%	0	0,000000%	35.155.269.868	60,100000%
OUTROS						
	42.456.315	0,100000%	0	0,000000%	42.456.315	0,100000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	58.441.068.563	100,000000%	0	0,000000%	58.441.068.563	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
REDE ENERGIA SA				61.584.140/0001-49	
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.					
45.661.048/0001-89	BR	Sim	Sim	31/12/2009	
43.614.095	19,700000	6.680.107	6,600000	50.294.202	15,600000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S.A. - EEVP					
60.876.075/0001-62	BR	Sim	Sim	31/12/2009	
174.772.375	79,000000	16.162.701	16,000000	190.935.076	59,200000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
2.771.520	1,300000	78.074.672	77,400000	80.846.192	25,200000
TOTAL					
221.157.990	100,000000	100.917.480	100,000000	322.075.470	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.				45.661.048/0001-89	
BBPM Participações SA					
58.890.112/0001-45	BR-SP	Não	Sim	12/07/2010	
50.674.477	24,300000	136.641.124	51,300000	187.315.601	39,400000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Jorge Queiroz de Moraes Junior					
005.352.658-91	BR-SP	Não	Sim	12/07/2010	
91.755.080	44,000000	2.883.040	1,100000	94.638.120	19,900000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
JQMJ Participações SA					
54.445.853/0001-66	BR-SP	Não	Sim	12/07/2010	
51.170.914	24,500000	0	0,000000	51.170.914	10,800000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
15.064.604	7,200000	126.717.510	47,600000	141.782.114	29,900000
TOTAL					
208.665.075	100,000000	266.241.674	100,000000	474.906.749	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - EEVP				60.876.075/0001-62	
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.					
45.661.048/0001-89	BR	Sim	Sim	31/12/2009	
81.557.639	63,500000	45.138.123	41,000000	126.695.762	53,100000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Fundo de Investimento do FGTS					
09.234.078/0001-45	BR-SP	Sim	Não	09/08/2010	
29.468.525	22,900000	58.937.056	53,600000	88.405.581	37,100000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
17.403.544	13,600000	5.913.620	5,400000	23.317.164	9,800000
TOTAL					
128.429.708	100,000000	109.988.799	100,000000	238.418.507	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BBPM Participações SA				58.890.112/0001-45		
Jorge Queiroz de Moraes Junior						
005.352.658-91	BR-SP	Não	Sim			
272.029	67,600000	10.244	47,100000	282.273	66,600000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
JQMJ Participações SA						
54.445.853/0001-66	BR-SP	Não	Sim	19/07/2010		
44.000	10,900000	0	0,000000	44.000	10,400000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
86.246	21,500000	11.486	52,900000	97.732	23,000000	
TOTAL	402.275	100,000000	21.730	100,000000	424.005	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.				45.661.048/0001-89	
BBPM Participações SA					
58.890.112/0001-45	BR	Não	Sim	31/12/2009	
50.674.477	24,300000	136.641.124	51,300000	187.315.601	39,400000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Jorge Queiroz de Moraes Junior					
005.352.658-91	BR	Não	Sim		
91.855.080	44,000000	2.191.841	0,800000	94.046.921	19,800000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
JQMJ - Participações SA					
54.445.853/0001-66	BR	Não	Sim	31/12/2009	
51.170.914	24,500000	0	0,000000	51.170.914	10,800000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
14.964.604	7,200000	127.409.709	47,900000	142.374.313	30,000000
TOTAL					
208.665.075	100,000000	266.242.674	100,000000	474.907.749	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JQMJ Participações SA				54.445.853/0001-66		
Jorge Queiroz de Moraes Junior						
005.352.658-91	BR-SP	Não	Sim			
217.773	98,100000	196.984	96,090000	414.757	97,130000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
4.223	1,900000	8.020	3,910000	12.243	2,870000	
TOTAL						
221.996	100,000000	205.004	100,000000	427.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BBPM Participações SA				58.890.112/0001-45		
Jorge Queiroz de Moraes Junior						
005.352.658-91	BR	Não	Sim			
266.029	66,200000	9.200	42,400000	275.229	64,900000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
JQMJ - Participações SA						
54.445.853/0001-66	BR	Não	Sim	31/12/2009		
44.000	10,900000	0	0,000000	44.000	10,400000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
92.246	22,900000	12.530	57,600000	104.776	24,700000	
TOTAL						
402.275	100,000000	21.730	100,000000	424.005	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JQMJ - Participações SA				54.445.853/0001-66	
Jorge Queiroz de Moraes Junior					
005.352.658-91	BR	Não	Sim		
217.773	98,100000	196.984	96,090000	414.757	97,130000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
4.223	1,900000	8.020	3,910000	12.243	2,870000
TOTAL					
221.996	100,000000	205.004	100,000000	427.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JQMJ Participações SA				54.445.853/0001-66		
Jorge Queiroz de Moraes Junior						
005.352.658-91	BR-SP	Não	Sim			
217.773	98,100000	196.984	96,090000	414.757	97,130000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
4.223	1,900000	8.020	3,910000	12.243	2,870000	
TOTAL						
221.996	100,000000	205.004	100,000000	427.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JQMJ - Participações SA				54.445.853/0001-66	
Jorge Queiroz de Moraes Junior					
005.352.658-91	BR-SP	Não	Sim		
217.773	98,100000	196.984	96,090000	414.757	97,130000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
4.223	1,900000	8.020	3,910000	12.243	2,870000
TOTAL					
221.996	100,000000	205.004	100,000000	427.000	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2012
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	15
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	2
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	42.456.315	0,070000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	42.456.315	0,070000%

15.7 - Outras informações relevantes

15.7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "15".

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Centrais Elétricas do Pará S.A - CELPA	31/10/2008	0,00	Saldo Ativo em R\$ mil - 11.581 em 2011 / 22.594 em 2010 / 23.549 em 2009	Não Aplicável	Até 31/08/2013	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	Foram firmados contratos de mútuo entre a ENERSUL, CNEE, CELPA, CELTINS, EDEVP, CAIUÁ, EEB e CFLO, nas seguintes condições 100% do CDI acrescido ao ano, com vencimento em 31 de agosto de 2011. Essa repactuação foi aprovada por despacho 4580/2008 - SFF/ANEEL, DE 31/12/2008, foi enviado a Aneel o 7º aditivo do referido contrato, solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 24 meses com término em 31/08/2013.						
Companhia Nacional de Energia Elétrica	31/10/2008	0,00	Saldo Ativo em R\$ mil 0,0 2011 e 2010 e 1.494 em 2009	Não Aplicável	Até 31/08/2013	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	Foram firmados contratos de mútuo entre a ENERSUL, CNEE, CELPA, CELTINS, EDEVP, CAIUÁ, EEB e CFLO, nas seguintes condições 100% do CDI acrescido ao ano, com vencimento em 31 de agosto de 2011. Essa repactuação foi aprovada por despacho 4580/2008 - SFF/ANEEL, DE 31/12/2008, foi enviado a Aneel o 7º aditivo do referido contrato, solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 24 meses com término em 31/08/2013.						
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	31/10/2008	0,00	Saldo Ativo em R\$ mil 0,0 - 2011/0,0- 2010 /14.884 - 2009 e Saldo Passivo em R\$ mil 16.106 -2011	Não Aplicável	Até 31/08/2013	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	Foram firmados contratos de mútuo entre a ENERSUL, CNEE, CELPA, CELTINS, EDEVP, CAIUÁ, EEB e CFLO, nas seguintes condições 100% do CDI acrescido ao ano, com vencimento em 31 de agosto de 2011. Essa repactuação foi aprovada por despacho 4580/2008 - SFF/ANEEL, DE 31/12/2008, foi enviado a Aneel o 7º aditivo do referido contrato, solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 24 meses com término em 31/08/2013						
Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantis - CELTINS	31/10/2008	0,00	Saldo Passivo em R\$ mil 0,00 - 2011 / 0,00 - 2010 / 9.365 - 2009	Não Aplicável	Até 31/08/2013	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	Foram firmados contratos de mútuo entre a ENERSUL, CNEE, CELPA, CELTINS, EDEVP, CAIUÁ, EEB e CFLO, nas seguintes condições 100% do CDI acrescido ao ano, com vencimento em 31 de agosto de 2011. Essa repactuação foi aprovada por despacho 4580/2008 - SFF/ANEEL, DE 31/12/2008, foi enviado a Aneel o 7º aditivo do referido contrato, solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 24 meses com término em 31/08/2013						
CAIUÁ, CELTINS, CFLO, CNEE, EEB, CEMAT, EDEVP, CELPA, ENERSUL	27/10/2008	0,00	Não Aplicável	Não Aplicável	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Contrato de Uso Compartilhado da Aeronave						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Despacho ANEEL 4399 de 27 de novembro de 2008						
Natureza e razão para a operação	Foram firmados contratos de mútuo entre a ENERSUL, CNEE, CELPA, CELTINS, EDEVP, CAIUÁ, EEB e CFLO, nas seguintes condições 100% do CDI acrescido ao ano, com vencimento em 31 de agosto de 2011. Essa repactuação foi aprovada por despacho 4580/2008 - SFF/ANEEL, DE 31/12/2008, foi enviado a Aneel o 7º aditivo do referido contrato, solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 24 meses com término em 31/08/2013						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3. EM RELAÇÃO A CADA UMA DAS TRANSAÇÕES OU CONJUNTO DE TRANSAÇÕES MENCIONADOS NO ITEM ACIMA OCORRIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: (a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas por legislação e regulamentação. A aprovação das operações com partes relacionadas é também submetida à aprovação dos órgãos decisórios da Companhia, conforme regras previstas em nosso Estatuto Social. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

As operações celebradas pela Companhia com partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de seus termos e condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
15/12/2010	533.468.270,74		58.441.068.563	0	58.441.068.563

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
15/12/2010	Assembléia Geral Extraordinária	20/10/2010	70.055.974,49	Subscrição particular	5.304.056.215	0	5.304.056.215	100,00000000	13,21	R\$ por Lote de Mil

Critério para determinação do preço de emissão R\$ 13,208 por lote de mil ações, fixado de acordo com o inciso II do parágrafo 1º do Artigo 170 da Lei 6.404/76

Forma de integralização em dinheiro

17.5 - Outras informações relevantes

17.5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

Não existem outras informações relevantes sobre este item "17".

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos que não ações.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. MERCADOS BRASILEIROS NOS QUAIS VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA SÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO:

Não se aplica.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7. VALORES MOBILIÁRIOS ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO EM MERCADOS ESTRANGEIROS:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.8. OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO EFETUADAS PELA COMPANHIA OU POR TERCEIROS, INCLUINDO CONTROLADORES E SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS, RELATIVAS A VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA:

Até a data deste Formulário de Referência, não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários da Companhia.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.9. OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO FEITAS PELA COMPANHIA RELATIVAS A AÇÕES DE EMISSÃO DE TERCEIRO:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia realizado ofertas públicas de aquisição de ações de emissão de terceiros.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não existem outras informações relevantes sobre este item "18".

19.4 - Outras informações relevantes

19.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "19".

20.2 - Outras informações relevantes

20.2. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "20".

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1. NORMAS, REGIMENTOS OU PROCEDIMENTOS INTERNOS ADOTADOS PELA COMPANHIA PARA ASSEGURAR QUE AS INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS PUBLICAMENTE SEJAM RECOLHIDAS, PROCESSADAS E RELATADAS DE MANEIRA PRECISA E TEMPESTIVA:

Nos termos da Política de Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo da Companhia, a Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio de anúncio publicado nos jornais utilizados pela Companhia, podendo o anúncio conter a descrição resumida da Informação Relevante, desde que indique endereço na Internet onde esteja disponível a descrição completa da Informação Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM e Bolsas de Valores.

A comunicação de Informações Relevantes à CVM e às Bolsas de Valores deve ser feita por meio de documento escrito, descrevendo com clareza e precisão os atos e/ou fatos objeto da comunicação, indicando, sempre que possível e quando for o caso, os valores envolvidos.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

21.2. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE ADOTADA PELA COMPANHIA (INCLUSIVE OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO DE SIGILO ACERCA DE INFORMAÇÕES RELEVANTES NÃO DIVULGADAS):

Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

A Companhia poderá decidir por submeter à apreciação da CVM questão acerca da divulgação ao público de Informação Relevante que possa colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Sempre que a Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornar-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento; e/ou (ii) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, Bolsas de Valores e público.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3. ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:

Diretor Presidente e de Relação com Investidores com auxílio dos demais membros da administração e integrantes da equipe que atuam na área Relação com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "21".

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1. AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUALQUER ATIVO RELEVANTE QUE NÃO SE ENQUADRE COMO OPERAÇÃO NORMAL NOS NEGÓCIOS DA COMPANHIA:

A Companhia não adquiriu ou alienou qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal em seus negócios.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2. ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA FORMA DE CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS DA COMPANHIA:

Não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3. CONTRATOS RELEVANTES CELEBRADOS PELA COMPANHIA E SUAS CONTROLADAS NÃO DIRETAMENTE RELACIONADOS COM SUAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:

A Companhia não celebrou nenhum contrato relevante não diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "22".